



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 48ª  
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER E SOLUCIONAR A  
QUESTÃO DAS MEDIDAS NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DA  
INFRAESTRUTURA BÁSICA AOS EMPREENDIMENTOS DA CONSTRUÇÃO  
CIVIL,  
DE 31 DE MAIO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Leite a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

É lida e aprovada a seguinte:

- Ata da 47ª Sessão Ordinária.

(Leitura da ata.)

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A presente comissão geral, conforme aprovação do Requerimento nº 1.411, de 2012, de autoria do Deputado Chico Vigilante, destina-se a debater e solucionar a questão das medidas necessárias à viabilização da infraestrutura básica nos empreendimentos da construção civil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Convido as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados, a participar desta comissão geral no plenário.

A sessão está suspensa.

(Suspensa às 15h28min, a sessão é reaberta às 15h35min.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal nesta oportunidade para participarem da comissão geral que irá debater e solucionar questões das medidas necessárias à viabilização da infraestrutura básica aos empreendimentos da construção civil.

Gostaríamos de pedir a todos os presentes que tomem assento nos lugares dos Parlamentares. Aqueles que se encontram sentados nas cadeiras, por gentileza, tomem assento nos lugares dos Parlamentares para que tenhamos maior celeridade no desenvolvimento desta comissão geral. Convidamos todos aqueles que terão participação direta ou indireta neste evento a tomarem assento nos lugares dos Deputados porque já se encontra à mesa, para presidir os trabalhos, o autor da iniciativa de realização desta comissão geral, o Líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, Deputado Chico Vigilante, a quem passamos, neste momento, a palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, eu tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, destinada a debater e a solucionar questões das medidas necessárias à viabilização da infraestrutura básica aos empreendimentos da construção civil.

Convido a tomar assento à mesa o Secretário-adjunto da Secretaria de Habitação – SEDHAB, Sr. Rafael Oliveira; o Diretor de Polos Econômicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal Deusdeth Finotti, representando o Secretário Abdon Henrique; o Diretor Técnico da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, Sr. Luiz Antônio Almeida Reis; o Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília – CEB, Dr. Mauro Martinelli; o Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON, Sr. Júlio César Peres; o representante e conselheiro da Associação Brasiliense de Construtores – ASBRACO, Sr. Elson Ribeiro e Póvoa; o Presidente do Clube de Engenharia de Brasília – CENB, Sr. João Carlos Pimenta; o amigo Adalberto Cleber Valadão, Presidente da ADEMI/DF.

Quando transformamos a sessão deliberativa da Câmara em comissão geral, no dia de hoje, ela, na verdade, será uma continuidade de outra comissão geral que realizamos aqui, quando detectamos os gargalos existentes que vêm atravancando e dificultando, no nosso ponto de vista, o desenvolvimento do Distrito Federal.

A dificuldade que os empresários, especialmente da construção civil, estão tendo para fazer com que desenvolva e gere emprego e renda... Tenho dito que não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

há outra maneira de distribuição de renda neste país a não ser por meio do emprego.

O que nós sentimos na comissão geral daquele dia, Adalberto? Sentimos que há determinados empreendimentos a que vocês dão entrada e que, depois de conseguirem superar toda a burocracia, vocês fazem com que ele ande, mesmo depois de construídos, segundo o que foi relatado aqui. Há vezes em que a CEB leva até seis meses para fazer a ligação.

Outra questão séria, Martinelli, é a dos alvarás, que vamos debater aqui, hoje, também.

Portanto, o nosso ponto de vista... Tenho insistido nisto, eu, que sou um operário, um trabalhador oriundo da classe trabalhadora... Tenho a convicção, de que especialmente o Distrito Federal, por ser uma cidade atípica – as pessoas teimam em continuar fazendo com que ela seja atípica, mas ela não pode continuar sendo, porque aqui não é mais uma cidade de serviço público –, não pode continuar vivendo única e exclusivamente do serviço público, até porque não há mais campo para isso. A capacidade empregatícia do Governo cessou. Uma das maiores taxas de desemprego do Brasil era exatamente a do Distrito Federal.

Portanto, o Estado, do meu ponto de vista, todos os órgãos de Governo têm que estar sintonizados com o objetivo do Governo Agnelo, que é a geração de emprego e a distribuição de renda no Distrito Federal. Temos que facilitar, temos que ajudar, temos que fazer com que o desenvolvimento se dê aqui.

Sabemos de um esforço muito grande que existe no sentido de atrair empresas de fora para o Distrito Federal. Agora, de nada vai adiantar atrairmos empresas de fora se não cuidarmos das nossas. Termina-se atraindo uma e vão embora dez. E, aí, teremos um déficit de nove.

Precisamos cuidar bem das nossas, porque isso até as anima a vir para o Distrito Federal. Todo mundo sabe que capital não tem pátria. O capital visa ao lucro, e é claro que isso tem que ser com a justiça social – creio que os senhores, empresários, praticam isso, efetivamente.

Esta comissão geral vem no sentido de fazermos com que os órgãos do Governo do Distrito Federal estejam sintonizados, para chegarmos a bom termo e desatracarmos o desenvolvimento do Distrito Federal. Esse é o objetivo, esse é o sentido desta comissão geral.

Vamos conceder um tempo de dez minutos para cada um dos nossos expositores. Depois vamos abrir a palavra ao plenário. Ao final, esperamos sair daqui com propostas objetivas e concretas, para que possamos levá-las ao nosso timoneiro, nosso Governador Agnelo Queiroz, a fim de que seja uma norma a ser cumprida por todos.

Quero, inicialmente, passar a palavra ao Presidente do Clube de Engenharia de Brasília, Sr. João Carlos Pimenta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

SR. JOÃO CARLOS PIMENTA – Boa tarde a todos e a todas. A gente recebe com muita alegria, Deputado, essa convocação para vir à Câmara Legislativa tratar de um assunto que realmente vem afligindo o setor da construção civil de um modo geral.

O tema que imagino mais importante nesse nosso debate talvez venha a afetar de forma bem mais direta e contundente as empresas do ramo imobiliário. Pelo que li na justificção da convocação, esse assunto, esse nosso debate é bem voltado para esses gargalos de que V.Exa. trata, que são para a efetivação de empreendimentos da área imobiliária. Temos também outros, ligados à área de obras públicas. Não sei se seria o caso de tratá-los também aqui, mas, de qualquer forma, nesses dez minutos que me foram dados, vou fazer uma abordagem de forma mais sucinta, porque aqui, como falei, há pessoas mais especializadas e que estão mais no convívio diário com esses problemas que afligem os empreendedores da área imobiliária.

Com referência às obras públicas, que geram emprego da mesma forma e são também, Deputado, distribuidoras de renda – quanto mais se emprega, mais as condições do trabalhador são melhoradas e a sua importância, ressaltada –, vimos passando por um período muito escasso aqui em Brasília. Esse setor, realmente, por motivos que não cabe aqui discutir... mas o fato é que, há algum tempo, as empresas de obras públicas vêm sofrendo escassez. A gente diz que elas vão – talvez algumas – desaparecer por inanição. Não é exagero, não é nenhum alarme. Realmente, há uma preocupação muito grande.

Na semana passada, tivemos uma reunião aqui, na qual V.Exa. estava presente, e foram importantes as suas colocações quanto ao setor de mobilidade urbana, que envolve, basicamente, obras que atendem também aos empreendimentos imobiliários. Todo esse deslocamento de pessoas é importante, mas a gente deve, então, tratar aqui de dinheiro da área federal que está chegando a Brasília para ser aplicado. Foram amplamente debatidos aqui os locais onde eles serão aplicados. Agora, há um tema que a gente talvez possa deixar aqui, no qual esta Câmara Legislativa pode também nos ajudar: sabemos, Deputado, que o Orçamento é autorizativo; ele não é impositivo. O fato de aparecerem diversos empreendimentos de obra públicas no Orçamento não quer dizer que, obrigatoriamente, eles serão construídos. A gente sabe disso, mas, às vezes, a coisa vai andando e a imprensa noticia... por exemplo, posso dizer que, há cerca de quinze dias, o jornal noticiou quinhentos e poucos milhões de obras, assim como favas contadas. Duzentos milhões para isso; trezentos milhões para aquilo. A gente vai conversar, nos órgãos que licitam as obras, e ninguém tem ainda notícia. Então, fica aqui um relato de quem participa, diariamente, desse problema. “Ah! Tem 500 milhões aí, do GDF, para se aplicarem nisso, nisso e nisso”. A forma, inclusive, com que aparece na imprensa é bem destacada, é bem dividida, mas a gente não vê isso chegar com muita facilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Deixo, portanto, um apelo para que isso seja olhado mais de perto. Sabemos que esta Casa tem poder para agilizar esses processos e que a gente, realmente... As empresas de obras públicas estão numa situação realmente muito aflitiva por falta de contratos. Isso vai refletir na mão de obra, nas contratações, na demanda de materiais que afeta o comércio; e ninguém ganha com isso. Eu pediria o empenho para que, sempre que se falar em 500 milhões em obras, fôssemos atrás e pudéssemos vir aqui – até se for o caso para pedir ajuda –, a fim de podermos agilizar todo esse processo do qual tomamos conhecimento. No mais, os temas ligados mais diretamente às incorporações, temos aqui vários especialistas. Eu resumiria as minhas colocações a isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, João Carlos Pimenta. Concedo a palavra por dez minutos ao Sr. Elson Ribeiro e Póvoa, representante e conselheiro da Associação Brasileira de Construtores.

SR. ELSON RIBEIRO E PÓVOA – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Deputado Distrital Chico Vigilante por essa iniciativa que eu considero de suma importância para o setor da indústria da construção e para o Distrito Federal. Eu gostaria de cumprimentar todos os demais componentes da Mesa e os demais senhores e senhoras aqui presentes. Cumprimento, também, esta Casa, porque esta semana tivemos aqui uma homenagem à Federação das Indústrias pelos seus quarenta anos. Foi uma festa muito bonita aqui nesta Casa.

Ao mesmo tempo, faço uma referência, a V.Exa., Deputado Chico Vigilante. Tenho uma admiração muito grande pelo seu trabalho, mas na semana passada assisti aqui a um debate sobre mobilidade urbana, no qual V.Exa. fez aqui um *mea culpa*, porque em um determinado momento você foi contra – permita-me chamá-lo de você – a construção do metrô e hoje você percebe o erro que você cometeu no passado. E isso é importante: um homem público reconhecer exatamente os seus erros e os seus acertos; e você reconheceu aqui que errou naquele momento. Parabéns por essa iniciativa e por esse reconhecimento.

Brasília se encontra em um momento muito interessante. Temos hoje talvez o maior volume de recursos para aplicação em infraestrutura. Temos aí para o PAC da Copa 2,2 bilhões de reais, que foram liberados agora na semana passada. Temos 360 milhões de reais que foram liberados pelo Conselho Curador do FGTS em novembro de 2009 e até hoje, infelizmente, não conseguimos viabilizar a aplicação desses recursos por problemas de projeto e por problemas diversos com a Justiça, como a questão do VLT e a da DF-047. Além disso, temos milhares de recursos já liberados para aplicação em infraestrutura no Pôr do Sol, no Sol Nascente – que inclusive está em licitação –, Águas do DF, etc. Mas encontramos vários gargalos. Acredito que temos de conseguir uma forma de resolvê-los, temos de afastar esses problemas. Vou me ater a esses problemas, à questão dos gargalos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Temos a questão das licenças ambientais, que é um problema seriíssimo. É necessário? Claro que é necessário, mas não vejo necessidade nenhuma de precisarmos de dois anos para emitir, para se conseguir determinada licença ambiental. Isso é um absurdo, isso impede a aplicação dos recursos e muitas vezes esses recursos retornam às suas origens, exatamente porque não se conseguiu aplicá-los, por falta de licença ambiental. Esse é um gargalo seriíssimo.

Outro gargalo que nós temos: os órgãos controladores. Eu sempre fico remoendo essa questão: por que isso acontece? Não é só no Distrito Federal, não, nas obras federais também acontece isso. Mas temos, especificamente no Distrito Federal, em praticamente todos, praticamente todos os editais das obras mais importantes do Distrito Federal: quando do lançamento do edital, após uma luta para se fazer o projeto, para se fazer o orçamento, para se fazer o edital, lançar na praça, o Tribunal de Justiça pede a suspensão daquela licitação para fazer um exame mais detalhado no Tribunal de Contas do Distrito Federal. Eu acho que tem de haver uma forma de caminharem juntos.

Hoje temos um problema crítico, que é a falta de projetos. Muitas vezes, os projetos são executados quando da liberação dos recursos. Nós não temos a consciência de que temos de ter os projetos para depois pedirmos os recursos. Não! Pedimos os recursos. Se tivermos sucesso naquela solicitação, aí vamos fazer os projetos. Aí temos os grandes problemas. Por quê? Levamos muito tempo para fazer projetos, muito tempo para colocar no mercado da praça e depois o Tribunal pede vista daquele processo para análise. Eu acho que é um problema seriíssimo e temos de resolver.

Deputado Chico Vigilante, é necessário o Tribunal de Contas? Acho que é. Não sou contra o Tribunal de Contas, mas acho que isso tem de ser trabalhado em paralelo. Vamos fazer uma parceria. Ela não é uma casa da Câmara Legislativa? Não é um órgão que auxilia o Legislativo? Então poderíamos fazer uma grande parceria. Enquanto se faz, o Executivo trabalha nos projetos, vamos colocar alguém do Tribunal de Contas para trabalhar junto. É impensável! Esses dias eu até estava comentando que estávamos aguardando uma determinada licitação. Eu fui presidente do Sinduscon. O nosso interesse é que as obras aconteçam não só para nossa comunidade construtora, mas principalmente para a cidade. Em um determinado momento, houve uma concorrência pública. São trinta dias... No apagar das luzes, achávamos que a licitação iria acontecer no dia seguinte, às 9h da manhã. Pasmem vocês! Faltando um minuto para as 17h, chegou um fax que suspendeu a licitação por prováveis irregularidades naquela concorrência. Eu não consigo admitir isso! Se não há nenhuma irregularidade detectada, que deixem correr a licitação. Essa é uma questão que eu acho que temos de pensar muito.

Temos a DF-047, que é uma obra altamente necessária para desafogar o trânsito do aeroporto para o Plano Piloto. Esses recursos estão liberados desde novembro de 2009. Não existe problema jurídico, não existe problema em nada. E





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

não fizemos a licitação até hoje. Foi feita uma vez, o Tribunal suspendeu e agora não sei quando vai acontecer. É um problema! Esse é um grande problema.

Além disso, há algumas outras questões que são mais administrativas. Eu acho que elas podem ser resolvidas dentro do próprio Executivo. Por exemplo, a questão do cancelamento de empenhos com a obra em execução, com a obra em andamento. Muitas vezes acontece de, na última medição, haver o cancelamento do empenho. É inadmissível! É inadmissível!

A segunda questão é a duplicidade nas fiscalizações. Muitas vezes, determinado órgão fiscaliza determinada obra, atesta a medição; depois vem uma segunda fiscalização e contesta essas medições, muitas vezes por detalhes, e a obra é paralisada ou diminui-se o ritmo, prejudicando a obra e a empresa que a está executando.

A questão de orçamentos é outro problema que enfrentamos muito, mas, graças a Deus, está melhorando paulatinamente. Hoje, Francisco, e há muito tempo, o Distrito Federal não tem uma equipe tão boa quanto essa que nós temos aqui em Brasília para tratar da questão das obras. Nós temos a Novacap, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Transportes, a Terracap, a Sedhab. Nós temos equipes maravilhosas, mas precisamos de mais técnicos que ajudem que essas coisas não aconteçam mais. Bom, esses são alguns gargalos que eu gostaria de dizer para vocês.

Francisco, eu não vou me ater sobre a questão do alvará, não vou me ater sobre a questão do RIT – Relatório de Impacto de Trânsito, porque são coisas absurdas que estão acontecendo, tão absurdas que vou deixar para o Adalberto e para o nosso presidente Júlio falar a respeito.

Quando eu saí do Sinduscon – saí em maio do ano passado –, nós tínhamos para aprovação entre Ceilândia e Samambaia, salvo engano, 760 projetos, e muitos deles com mais de um ano para serem aprovados. O que significa isso? Investimentos parados, empregos sendo desperdiçados. Nós tínhamos, àquela época, 75 mil empregados, e houve uma queda; não sei em quanto está hoje – o Júlio deve falar a respeito –, mas houve uma queda abrupta.

A questão da área imobiliária está sofrendo estas questões todas: questão de alvará, questão do RIT, as questões do Ministério Público – o senhor Adalberto vai tocar daqui a pouco, está certo?

Então, temos que procurar uma forma de resolver, porque do jeito que está, Francisco, eu temo muito. O Distrito Federal passa por um momento, eu diria para você, por que nunca passou em tempos passados: de ter tantos recursos aprovados, disponíveis, e infelizmente sem condições de aplicação imediata por problemas que nós temos em todos esses órgãos que aqui citei. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Senhor Elson Ribeiro e Póvoa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Registro com satisfação a presença do Vice-Presidente desta Casa, Deputado Dr. Michel; do Deputado Siqueira Campos, que é empresário e está travando uma luta muito grande com relação aos alvarás, especialmente os empecilhos do Corpo de Bombeiros. O Deputado Siqueira Campos, que é revendedor de pneus, revende há algum tempo, foi surpreendido agora com uma determinação do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que quer que S.Exa. construa um tanque, acho que de 200 mil litros de água para preservar no caso de haver algum incêndio nos pneus. Só que fogo em pneu não se combate com água, é com espuma. Portanto, são essas coisas que a gente precisa debater e resolver.

Eu quero registrar a presença do nosso Administrador do Vicente Pires, Sr. Dirsomar – pode sentar nas bancadas aqui mais na frente, Dirsomar.

O Deputado Dr. Michel terá que sair. Vou passar a palavra rapidamente a S.Exa., e a gente retoma a palavra para os componentes da Mesa em seguida.

A ideia desse debate é pegar tudo e transformar num documento. Depois irmos, em conjunto, aos órgãos colocar as coisas para andar. Não vai ficar pura e simplesmente no debate.

A questão do metrô, por exemplo, a minha posição – vou até esclarecê-la de novo. Eu disse naquele dia que o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, era contra o metrô. Eu fui a favor. Até cunhei na época uma expressão que foi publicada no *Correio Braziliense* por muitos dias, eu disse que só era contra o metrô quem nunca tinha andado de ônibus; como até então eu só tinha andado de ônibus, eu era a favor do metrô e continuo a favor do metrô, e quero a expansão do metrô.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL – Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar todos os que estão na Mesa. Quero cumprimentar V.Exa. por esse magnífico e brilhante evento que está fazendo aqui. Apesar de não estar muito cheio, a quantidade não nos importa, mas, sim, a qualidade das pessoas que estão aqui debatendo esse assunto.

Eu vim aqui dar a minha fala porque sou muito preocupado com a questão da infraestrutura. Fala-se muito em infraestrutura, da viabilidade da infraestrutura. A gente percebe muito a infraestrutura quando se trata de questões nobres, em locais nobres. A gente vê a questão do Noroeste. Tudo bem, ele é um bairro nobre, é um bairro que está sendo construído a todo vapor. Inclusive, vimos agora que ele foi até impedido de continuar a sua construção por uma questão judicial.

Mas eu, que sempre andei e ando pela periferia, fui funcionário público por 28 anos e nunca me deixaram trabalhar no Plano Piloto, sempre vivi na periferia, vejo que temos que analisar também a infraestrutura da periferia. Tenho debatido isso e vejo a dificuldade que os órgãos públicos encontram em ajudar os pobres na questão da infraestrutura. Falo isso porque tenho andado – e, se andar desse voto, acho que eu teria mais ou menos um milhão e meio de votos, porque eu já não





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

tenho mais pé de tanto andar, deve estar mais ou menos no joelho de tanto que eu ando – e venho tentando ajudar os pobres a colocarem infraestrutura. E veja a dificuldade dos órgãos!

Quando se vai construir um Noroeste, no centro da Capital, ao lado de uma questão ambiental, se conseguem as liberações; quando se vai colocar um poste de luz para o pobre – e aí o Mauro pode falar, o Mauro com a boa vontade, estou falando o Mauro, mas é a CEB, porque aqui ele representa a CEB – vão os filósofos – porque aquilo só pode ser filosofia – e dizem que não pode, porque vai atacar o meio ambiente colocar um poste de luz.

Acho que o meio ambiente é bom demais, acho que temos que conviver, mas acho que o meio ambiente tem que estar em consonância com a vida do ser humano, ele tem que existir para o ser humano. Eu queria até que estivesse o pessoal do meio ambiente aqui para que pudéssemos debater a questão da infraestrutura com o meio ambiente. Porque essa questão que V.Exa. está debatendo aqui, Deputado Chico Vigilante, se o pessoal do meio ambiente não estiver aqui para discutirmos – e eu queria debater com eles –, não adianta falarmos da viabilização das medidas necessárias para a representação da infraestrutura, porque tudo trava no meio ambiente.

Parece que o meio ambiente é mais importante do que o ser humano. E não é assim que eu vejo as coisas; vejo que o ser humano tem que ser tão importante quanto o meio ambiente. Tem que haver uma consonância entre o meio ambiente e o ser humano. O meio ambiente está para o ser humano, assim como o ser humano está para o meio ambiente. Se os dois não estiverem em consonância, estaremos fadados a falir e a morrermos, porque parece que hoje o meio ambiente tem muito mais valor do que o ser humano.

E eu mostro para vocês isso. Temos hoje a Vila Basevi, onde as pessoas estão assentadas, não vão mais tirá-las de lá, e tem-se uma Rebio – Reserva Biológica – em volta dela. O ser humano está morrendo por falta de infraestrutura e nada se pode fazer porque tem que se preservar o meio ambiente. Na época da poeira, as pessoas morrem na poeira; na época da chuva, morrem na lama. Mas nada se pode fazer em matéria de infraestrutura porque tem que se preservar o meio ambiente. O mal que se faz com aquelas fossas, o mal que se faz com aquela lama escorrendo para dentro da Rebio, é muito maior do que se fazer a infraestrutura ali. Mas não pode!

Então, temos que trazer para um debate como este as pessoas que vivem o meio ambiente para podermos discutir. E falo mais: eu era delegado à época, havia um condomínio chamado Bela Vista e eu tinha policiais descaracterizados lá dentro. A senhora que é a dona da Rebio – deve ser a dona – dizia que os policiais não podiam andar ali porque eram policiais descaracterizados; mas os bandidos andavam assaltando lá e correndo para dentro da Rebio. São coisas que eu não consigo entender.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Temos que trazer para o debate o pessoal do meio ambiente. Desculpe-me se há aqui alguém do meio ambiente, não estou falando mal deles, quero apenas que eles venham ao debate para que possamos discutir a viabilidade de termos meio ambiente junto com infraestrutura, para que possamos fazer com que o meio ambiente seja viável para com a vida do ser humano. Parece que a vida do ser humano vale menos que o meio ambiente. E não é assim que eu entendo, acho que tem de haver uma consonância entre a vida do ser humano e o meio ambiente.

Para se colocar luz para pobre, é uma dificuldade danada. E não estou falando por parte da CEB, porque eles têm boa vontade – todas as vezes que vou à CEB sou bem atendido –, mas tem uma norma que dificulta colocar um poste porque ataca o meio ambiente. Pelo amor de Deus! O ataque que se faz ao meio ambiente já está lá concretizado, que é aquela casa que já está lá. Vai derrubar a casa? Não. Mas se e quando tirar a casa, tira o poste junto, tira a luz junto.

E o esgoto? Eu estou com esse problema lá no Buriti, lá em Sobradinho II. O lençol freático está a 4 metros, a fossa está a 3 metros, não se pode colocar o esgoto porque atinge o meio ambiente. Mas e aquela fossa? Eu estou falando isso porque nós estamos discutindo infraestrutura, nós estamos falando de infraestrutura. Mas aqui no Setor Noroeste já estão botando esgoto, água, luz. E lá no Sol Nascente? E no Pôr do Sol? E lá no Buriti? E lá na Vila Rabelo?

Nós temos que discutir isso, Chico. Temos que discutir. Não adianta nós discutirmos só para o Noroeste, para Águas Claras. E o povo lá, como é que fica? Como é que nós vamos discutir isso? Porque isso é questão de urgência, é o nosso Governo, Chico, é o Governo do Novo Caminho. Eu tenho que discutir isso. Tem alguém do Ibram aqui? Então a senhora tem que estar na Mesa. Porque o Ibram tem que nos ajudar. Cadê o Ibama? Cadê o Chico Mendes? Gente, pelo amor de Deus! A senhora me desculpe. Não é a senhora, não é a pessoa da senhora, não é coisa pessoal, não! Pelo amor de Deus! É porque não dá! Não dá, pessoal, não dá! Eu já não aguento mais. Você chega lá, não pode colocar o esgoto, não pode colocar água pluvial. E se vai colocar... Eu sei que vocês estão em dificuldade, eu também conheço lá a dificuldade, vocês não têm fiscal, vocês não têm... Vocês não têm quem bata o carimbo, eu sei disso, dessa dificuldade. Mas pelo amor de Deus! Aí entra o Ministério Público. A gente tem que fazer o seguinte: pegar o Ministério Público, levar *in loco* e dizer: "Olha aqui a dificuldade em que está esse povo!" Mas o que eu vejo é que nós... Aí nós temos que tirar o chapéu também, nós temos que engolir sapo dos outros também. Mas nós temos que ir lá até o pobre. Nós temos que ir até o pobre. Eu estou falando isso porque é muito fácil. A gente faz um setor Noroeste, a gente faz o setor Sudoeste, mas eu estou preocupado com a infraestrutura do pobre aqui.

Eu falo isso para vocês porque estou preocupado com isso. Talvez eu esteja falando besteira, vocês me desculpem, mas eu não poderia deixar de vir aqui falar que a coisa está difícil, está ruim. Não se pode fazer a infraestrutura para o pobre, e é este quem mais está precisando. Nós estamos preocupados, hoje, com o embargo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

que foi feito no setor Noroeste, porque o cara comprou uma cobertura de 2 milhões de reais! Mas lá na Vila Rabelo o coitado está sem luz. Lá no Buriti, o infeliz está pisando na lama porque não pode ter esgoto. Lá no Buritizinho, que foi um assentamento, o esgoto está correndo a céu aberto e tem 2 milhões e 820 na Caesb para botar o esgoto e não pode! Mas espera aí! O embargo aqui foi feito porque faltou um papelzinho do... Mas vai sair! Isso eu aposto com a senhora! Daqui a quinze dias, vai sair porque o poder econômico é forte ali! Mas no Buriti tem seis meses que eu vou batendo de porta em porta, que eu vou à Caesb, que eu vou ao Ibram, que eu vou a todo lugar e não sai! E, quando sai, o Ministério Público bate em cima! Ah, pelo amor de Deus!

Desculpem, porque eu fico emocionado com essas coisas, mas pelo amor de Deus! Faz vinte anos que o povo do Buriti, lá em Sobradinho II, está pisando na merda! Desculpem o palavreado. Aqui no Noroeste vai sair. Não vai passar vinte dias, vai sair o desembargo. Espera aí, o poder econômico não pode falar mais alto do que o dos pobres, não. Vamos parar com isso. Vamos mudar essa filosofia.

Eu estive no Porto Rico, pelo amor de Deus! Nada contra os ricos. Nada. Eu sou quebrado também, mas nada contra os ricos. Não tem problema não. Tudo bem, façamos para os ricos também, façamos para os médios. Mas e os pobres? A infraestrutura para os pobres, por que não sai? Por que é que não sai? Eu não sei o que fazer, eu não sei mais a quem pedir. Então eu queria pedir para os senhores aqui nesta Mesa. Você, Chico, que é influente no Governo, me ajuda! Maurão, quero te agradecer e fazer um agradecimento à CEB, e é de público aqui. Vocês botaram o pescoço na prensa lá. E vou agradecer ao Ibram também, o pessoal foi... Mas botando o pescoço na prensa. E não é isso, não é botando o pescoço na prensa que vai resolver o problema. Não é assim, gente, não é assim. Os pobres merecem também. Está difícil, viu? Está difícil, Chico. Está difícil, e eu não sei o que fazer. Será que, com o lençol freático a 4 metros, a fossa a 3 metros, o esgoto não pode passar porque não consegue uma liberação do meio ambiente?

Eu não sei. Aí eu discuto infraestrutura básica dos empreendimentos da construção civil. Nós estamos falando de quê? De empreendimento. Bacana. Eu vou encerrar a minha fala dizendo: de empreendimento. Pobre não é empreendimento, mas pobre vive. Pobre não tem empreendimento, mas pobre come. Pobre é a mão de obra que vai fazer o empreendimento. Pobre paga água, pobre paga luz. O desgraçado do pobre paga o esgoto sem ter o esgoto. Paga. Ele paga o esgoto sem ter o esgoto. Ele paga a iluminação pública, Mauro, sem ter a iluminação pública. Apesar de você vir colocando muita iluminação pública. É, gente, quem mandou nascer pobre? Quem mandou nascer pobre? Chico, e é um governo do novo caminho. É um governo do novo caminho. Será que vale a pena, Chico?

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Dr. Michel, obrigado. Pode ter certeza de que está valendo à pena. Agora mesmo estávamos na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

CEB com o pessoal do Sol Nascente, são cerca de 20 mil domicílios. Nós já conseguimos regularizar 95%. Faltam 5%. Estamos tendo dificuldade com umas bordas lá. Estou falando do ponto de vista da CEB. Segundo dados da CEB, nós tínhamos 105 mil habitações no Distrito Federal que não pagavam energia. E as pessoas querem pagar, porque, quando elas começam a pagar, elas se sentem cidadãs.

Registro a presença do Deputado Prof. Israel Batista.

Passo a palavra ao Presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI, Sr. Adalberto Cleber Valadão.

SR. ADALBERTO CLEBER VALADÃO – Obrigado, Deputado. Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado pela iniciativa desta comissão para discutir um assunto que é de extrema importância. Nós pudemos perceber pela fala do Deputado Dr. Michel o quanto o tema é importante. Ele abordou mais a questão do pessoal de baixa renda, mas a importância da infraestrutura não é só para o pessoal de baixa renda, é para todas as classes sociais, evidentemente. Então, eu queria, cumprimentando o Deputado, cumprimentar os componentes da Mesa: o Secretário-adjunto Rafael; o representante da Terracap, seu diretor técnico, Luiz Antônio Reis; o Deusdeth, que representa neste ato a Secretaria de Desenvolvimento Urbano; o Mauro, que é Diretor de Engenharia da CEB; o Júlio César, presidente do Sinduscon; o João Carlos Pimenta, que representa o Clube de Engenharia; e o Elson, que representa a Asbraco.

Deputado, eu vou dividir a minha fala em dois itens básicos. O primeiro é mais diretamente ligado ao objetivo da convocação, que é debater as medidas necessárias à viabilização da infraestrutura básica para os empreendimentos da construção civil. Mas vou tomar a liberdade de me dirigir mais à situação da infraestrutura básica para os empreendimentos do setor imobiliário – o segundo item. Por quê? Porque hoje eu estou presidindo uma entidade que representa o setor imobiliário. Então, eu vou preferir me ater mais a essa infraestrutura básica.

Antes, eu queria, apenas para contextualizar um pouco a questão, dizer que, em que pesem os problemas serem imensos – e para isso esse debate, para que possamos buscar soluções para esses problemas –, a gente também há de convir o seguinte: a demanda por infraestrutura, especialmente em Brasília, criada pela sociedade e pelo crescimento da cidade, é muito alta, é muito grande.

Aí nós sentimos a dificuldade que os governos, de um modo em geral, têm; todos eles, sem exceção, dificuldade de atender, na mesma medida da demanda, essa necessidade, ou seja, de executar de fato as obras de infraestrutura que precisam ser executadas para atender a demanda que há pelo crescimento da cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Em que pese reconhecermos isso, e agora particularizando a questão do setor, da construção civil, da incorporação imobiliária, nós temos passado por problemas muito sérios por falta de infraestrutura. Por quê? Porque o Estado faz um parcelamento, coloca esse parcelamento em licitação, o setor privado compra em licitação esses lotes ou essas projeções e ali vai fazer um empreendimento. Aprova um projeto, tem um alvará de construção, constrói tudo dentro da legalidade. O que tem acontecido é que, quando nós precisamos fazer a entrega desses empreendimentos, nós não temos ainda a infraestrutura necessária. Essa infraestrutura necessária é asfalto, energia elétrica, água, esgoto. Daí surge, então, a dificuldade.

Esse é o fato que hoje tem nos gerado maiores problemas em relação a essa questão. Qual é a solução para isso? Ora, a solução passa por duas questões básicas. A primeira é planejamento, ou seja, se um determinado parcelamento de solo é feito, e a lei já estabelece que, para esse parcelamento ser vendido, tem que ser instalada ali uma determinada infraestrutura, que haja de fato um planejamento para que isso seja feito, que a lei seja cumprida e para que, eventualmente, no caso da Terracap, os próprios recursos decorrentes das vendas possam ser utilizados para que essa infraestrutura seja feita. Via de regra, é assim.

Repito: estou me atendo à questão dos parcelamentos que interessam ao setor da incorporação imobiliária. Não estou falando, por exemplo, do Sol Nascente etc. Nós sabemos perfeitamente que o Estado tem que dar a mesma atenção para um parcelamento da classe média, como também para o Sol Nascente etc. Via de regra, a Terracap se utiliza de grande parte da receita que ela tem da venda desses parcelamentos para classe média e classe alta para atender exatamente a execução de infraestrutura para os parcelamentos de baixa renda, como o caso do Sol Nascente. Bom, acho que o ponto primordial é de fato esse planejamento da aplicação dos recursos.

A segunda coisa que é muito importante é a articulação e cooperação entre os setores do Governo, todos os órgãos de Governo mesmo, as secretarias, as empresas públicas, como a Terracap, as concessionárias, como CEB e Caesb. É muito importante que haja uma articulação bem feita entre essa estrutura de Governo. Por quê? Porque a burocracia também faz com que muitas obras de infraestrutura deixem de acontecer no tempo certo. Às vezes não é nem por falta de dinheiro que isso ocorre, mas por conta exatamente do cumprimento de uma burocracia muito complexa, muito difícil e que atrasa todo o processo.

Do ponto de vista da infraestrutura, como eu tenho só dez minutos, eu queria deixar aqui essa abordagem, mas eu queria fazer outra abordagem, Deputado, porque eu acho que nós não podemos deixar de aproveitar este momento para expor outro problema por que nós temos passado e que tem nos trazido muita dor de cabeça também e muito prejuízo para a população de Brasília. Ele se refere a um problema, eu diria, mais administrativo ou mais de gestão administrativa do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Governo. Ele se refere à dificuldade que nós temos tido com aprovação de projeto, obtenção de alvará de construção e obtenção de habite-se.

Uma das questões primordiais em relação a isso é a falta de pessoal qualificado nas administrações regionais para poder fazer a aprovação desses projetos, a concessão desses alvarás de construção e, por final, as cartas de habite-se. O quadro de pessoal das administrações é muito pequeno, a gente reconhece isso, sabe do esforço que as administrações, as pessoas fazem para poder atender, mas de fato não conseguem atender. Se o Governo não tomar providência de buscar uma alternativa, de dotar as suas administrações de pessoal para fazer, não adianta, porque não tem jeito. De fato, aquele funcionário que está ali tem um tempo para trabalhar. Ele pode, no máximo, trabalhar 24 horas por dia, ele não consegue mais do que 24 horas por dia, não é verdade?

É um assunto que já foi levado ao Governo, o Sindicato da Indústria da Construção Civil, SINDUSCON, fez, coisa de um ano atrás – imagino que o Júlio vai mencionar isso depois –, inclusive por escrito, uma correspondência abordando diversos aspectos. O fato é que, até hoje, não temos isso resolvido, continua do mesmo jeito. Em que pese a boa vontade com que somos recebidos, abordamos o problema, podemos argumentar, a ação em si de acontecer a melhoria não tem acontecido.

Eu vou só dar como outro exemplo – porque eu sei que o meu tempo está acabando – uma coisa que todos nós temos ouvido na imprensa nos últimos doze meses, um pouco mais de doze meses, o tal relatório de impacto de trânsito. Criou-se a necessidade de que tenha que se fazer para praticamente todos os empreendimentos imobiliários de habitação coletiva no Distrito Federal um tal relatório de impacto de trânsito. Isso prendeu aprovação de projeto, prendeu concessão de alvará de construção e, até certo ponto, prendeu inclusive a obtenção de carta de habite-se de empreendimentos que já estavam em andamento, ou seja, quase prontos, na intenção de que se retornasse lá atrás para fazer alterações que nem sei como seriam feitas porque a obra já estava praticamente pronta. O fato é que houve uma discussão muito grande lá na Sedhab com o Detran.

A gente participou disso, a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário, ADEMI, e o Sinduscon também. Isso levou algum tempo, mas evoluiu. Estabeleceu-se um regramento para a questão desse relatório de impacto de trânsito, mas, até o momento, a gente também não tem isso resolvido em definitivo porque falta sair um decreto que regulamenta a situação. De fato, esse decreto não saiu até agora, embora já tenha passado pelo processo de confecção lá dentro da Sedhab. Isso já foi para frente, não está mais na Sedhab, mas é um assunto que eu também acho muito importante. Já deve ter mais de dois meses que saiu da Sedhab, e esse decreto não foi ainda assinado, não está valendo, não está editado ainda.

Sem me alongar mais, porque eu só tenho dez minutos, e eu poderia me estender muito nessa questão, eu queria terminar dizendo que o setor imobiliário em





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Brasília está sofrendo muito, muito mesmo, com essa questão da falta de infraestrutura. Alie-se a isso uma insegurança jurídica muito grande que tem se criado também. Isso é muito ruim para o empreendedor e é muito ruim também para o consumidor final, aquele que compra o apartamento, em função de atuação em determinadas situações que não achamos muito razoáveis do Ministério Público, como, por exemplo, entrar com uma ação na Justiça, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, querendo derrubar o Plano Diretor Local do Guará, que foi aprovado há cinco anos. Ora, se há intenção de se entrar contra uma lei que foi aprovada, que entrem logo, porque, cinco anos depois, tanto o setor privado como a sociedade já de fato fizeram uma série de negócios em decorrência do que estabeleceu aquela lei. E depois você derruba a lei? Cinco anos depois? Havia prédio pronto. Aí derrubaram a lei e não se pode mais construir. O prédio já está pronto, já foi vendido, já foi entregue, outros estavam em andamento. Essa insegurança jurídica é outra coisa que tem criado muito problema para nós.

Deputado, é isso. Não vou me alongar mais, mas eu queria mais uma vez parabenizá-lo pela iniciativa de abordar um tema tão importante para um setor também extremamente importante para a nossa economia, que é o setor da construção civil.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Adalberto. Eu acho que as suas palavras são uma contribuição fundamental para encontrarmos um caminho para que tenhamos segurança jurídica efetivamente.

Eu participei aqui nesta Casa, ainda era na sede velha, da elaboração do PDL do Guará. Sei o quanto foi debatido e sei que a aprovação se deu de maneira correta. Portanto, ali não há o que se questionar.

Concedo a palavra ao Sr. Júlio César Peres, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, Sinduscon.

SR. JÚLIO CÉSAR PERES – Deputado Chico Vigilante, eu queria parabenizá-lo. É a segunda vez que nós estamos nesta Casa, estivemos aí há menos de um mês conversando a respeito da CEB. E é de suma importância esse diálogo, esse debate, entre as entidades, o Governo e os demais setores.

Eu quero cumprimentar, por meio de sua pessoa, os demais Deputados Distritais que estiveram aqui presentes, e toda a Mesa.

Gostaria de começar a minha fala fazendo uma referência. Nesta semana nós estivemos no Senado atendendo a uma convocação do Senador Rodrigo Rollemberg, e pudemos debater um pouquinho sobre Brasília e o seu Entorno.

Neste debate nós tivemos uma visão de Brasília para os próximos anos, hoje uma população em torno de 2 milhões e 570 mil habitantes, e mais ou menos 1 milhão e 100 mil habitantes no Entorno, segundo o próprio Superintendente da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Sudeco, Marcelo, até 2025 nós teremos algo em torno de 20 milhões de habitantes. É o eixo entre Brasília, Anápolis e Goiânia, com um crescimento enorme.

Nós, do setor produtivo, ficamos extremamente preocupados em relação a essas gerações de empregos que deverão ocorrer nesse período. E quando olhamos o crescimento de Brasília, e aí eu quero fazer uma referência, trazendo para o dia de hoje os problemas que nós temos. Hoje nós temos uma pressão em termos de crescimento muito forte.

Eu quero citar aqui que, no próximo domingo, inauguraremos algumas casas na Vila Dnocs. Inclusive, o Secretário-adjunto Rafael estará presente. Para essa inauguração, o Secretário Magela se mostra extremamente preocupado, porque está inaugurando 429 casas, mas já há uma pressão social de outras pessoas invadindo e precisando de moradias.

Bom, no momento em que isso acontece, é que a gente vê a importância dessa infraestrutura que o próprio Deputado Dr. Michel colocou. E aí a Terracap tem uma fundamental importância, porque é por seu intermédio que são gerados os recursos para que a gente possa fazer a infraestrutura de água, drenagem, pavimentação. Realmente o setor da indústria de construção civil tem hoje uma defasagem muito grande entre a colocação do lote à venda e o início de nossas obras.

Nós temos dificuldades em determinadas áreas, como o centro urbano de Samambaia, até em termos energia para começar as obras. Logicamente a gente sabe que hoje as dificuldades que a Terracap tem não advêm deste Governo. E até pela própria pressão social que nós tivemos em governos passados, em que o dinheiro da própria Terracap teve de levar infraestrutura a essas novas regiões administrativas que foram nascendo, em função do crescimento populacional do Distrito Federal.

Esses compromissos são cumpridos por meio desse dinheiro da Terracap. É ela que faz muitas das obras que são importantes para as firmas do próprio SINDUSCON – Sindicato de Indústria da Construção Civil – com relação à infraestrutura, seja uma drenagem, seja uma pavimentação, seja uma urbanização. Por outro lado, no caso imobiliário, essa defasagem que existe entre a venda, como é o caso do Noroeste, em que houve as primeiras vendas no início de 2009, e somente nos três primeiros editais, nós tivemos 1 bilhão de investimentos do setor imobiliário pagos, e até hoje não temos a infraestrutura. Isso é um problema bastante grave!

Vimos também que o problema de falta de gente, conforme já foi colocado pelo Presidente Adalberto, nas administrações regionais, é um gargalo enorme. Enquanto temos cidades como o Rio de Janeiro, em que se aprova um projeto com trinta, sessenta dias, no máximo, em Brasília chega a um ano.

O RIT, Relatório de Impacto de Trânsito, que está sendo discutido entre o Detran, a SEDHAB – Secretaria de Habitação –, o setor produtivo, e a Terracap,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

agora como nós começamos pelo termo de referência do Detran – e isso o nosso amigo Antônio Reis vai relatar –, estaremos licitando para que esses relatórios de impacto de trânsito possam sair e adiantar mais o processo de aprovação dos nossos projetos. Outra coisa que seria importante relatar, Deputado, quando a gente fala com olhar de futuro, nós temos de gerar novas áreas industriais – uma indústria limpa em Brasília – para poder absorver toda essa mão de obra.

Temos um projeto muito grande, a primeira Parceria Público-Privada – PPP em Brasília, que é a Datacenter, teve um investimento em torno de 380 milhões e nós tivemos ali dificuldades para se chegar a energia. A gente sabe de todo o esforço – e aqui eu quero fazer uma referência especial ao Presidente Rubem, ao Mauro Martinelli que aqui o representa –, do trabalho incansável que essa atual diretoria tem feito para atender o setor nas nossas necessidades. Na própria Datacenter não conseguiu ainda chegar a energia; onde eles estão colocando um milhão, os empresários da PPP estão colocando um milhão para se poder ligar. E é uma obra em que tem de ter duas entradas de energia vindas de locais diferentes pela sua importância. Estamos falando do Centro de Tecnologia do Banco do Brasil e Caixa Econômica.

Então, a hora em que vemos, com olhar de futuro, a necessidade de crescermos, a necessidade de absorvermos essa geração de emprego – hoje geramos algo em torno de 1 milhão e 100 empregos, 48% do total de nossa população –, na hora em que a gente olha pra o futuro e vê essa geração de emprego que teremos de fazer, nós precisamos quebrar esses gargalos, seja de energia, seja de água, seja de esgoto para que a gente possa trazer as indústrias, para que nós possamos ter as obras, que o setor da indústria e da construção possam continuar gerando os 70 mil empregos que eles geram hoje.

Não podemos ter uma capital de uma ou duas obras. Temos de ter uma capital com diversas obras. As administrações regionais têm de crescer. Elas têm de adicionar cada vez mais cidades. Aí eu quero novamente colaborar com o Deputado Dr. Michel. Realmente esse crescimento populacional que chegou às vezes até de forma equivocada, em que se dava lote – hoje a política habitacional é de se dar casa com infraestrutura pronta, como é o caso da Vila Dnocs –, levou a essa defasagem da falta da água e do esgoto. E exatamente a Terracap é obrigada a cobrir os defeitos de governos passados gerando essa infraestrutura e ao mesmo tempo tendo de fazer a infraestrutura dos lotes que eles estão vendendo atualmente.

O que se espera – e aí nós temos conversado muito com o Presidente Lins, que tem recebido nosso setor toda vez com muita boa vontade – é que, da venda para o início das nossas obras, haja o encurtamento dessa infraestrutura de maneira que aquelas pessoas que compraram os imóveis das nossas construtoras possam ter os seus empreendimentos recebidos com água, luz, esgoto, águas pluviais e pavimentação na porta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Outra coisa que o nosso ex-Presidente Elson colocou foi com relação aos órgãos controladores. A gente sabe da importância do Tribunal de Contas do Distrito Federal, sabe da importância das análises e da seriedade desse órgão. No entanto, achamos que se deveria ter maior celeridade para com essas ações. Recentemente tivemos oportunidade de estar com a Presidente Marli, e falamos até da possibilidade de se analisar, a partir do ponto que se tem uma licitação, que se pudesse analisar antes um pouco esse projeto que seria licitado. Como ela própria disse, seria primeiro necessário dar ciência pública, ou seja, publicar o edital. Mas, posteriormente, a nossa conversa evoluiu e vimos que poderia ser por meio de convênio com as entidades que estariam licitando, por exemplo, Novacap, que pudesse ter assim uma consulta prévia.

Aqui eu quero citar um dos exemplos que realmente deixam a gente bastante indignado. Nós temos o VLT, que foi paralisado, foi cancelado. Dentro do VLT, nós temos o viaduto do final da W3 Sul, na 716. Todos sabem a importância daquele setor, tendo em vista ser o maior setor hospitalar do Distrito Federal. Aquela obra está paralisada há três anos, Deputado. O prejuízo social que temos de uma obra paralisada tem de ser mensurado. Quantas pessoas, às vezes, podem até ter perdido a vida por causa de uma UTI móvel paralisada ali. Esses prejuízos, Deputados, têm que ser mensurados em relação aos órgãos fiscalizadores.

Então, nós entendemos que temos que olhar para o futuro. Nós temos que ter mais celeridade. Acho – e falei isso no Senado – que era hora de nós fazermos, Deputados, um grande pacto entre o setor da geração de emprego, o setor produtivo, a Câmara do Distrito Federal, as Secretarias de todo o Distrito Federal, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Habitação, os órgãos do Distrito Federal, Terracap, Caesb e, CEB para que possamos pensar na Brasília de amanhã.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Júlio Peres.

Concedo a palavra ao Mauro Martinelli, Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília.

SR. MAURO MARTINELLI – Cumprimento todos os presentes nesta comissão geral. Cumprimento a Mesa e parabeno o Deputado Chico Vigilante por estar fazendo essa Comissão Geral e discutindo um tema tão relevante para a sociedade de Brasília, porque esse segmento da construção civil é muito importante, porque é responsável por milhares de empregos diretos e indiretos e também pela redução do déficit habitacional no Distrito Federal.

Acho que a CEB tem um grande desafio: viabilizar e trabalhar para que esses empreendimentos de infraestrutura básica para a construção civil sejam colocados em prática. Além disso, outro grande desafio é viabilizar a empresa CEB, recuperando o seu sistema técnico e recuperando financeiramente a empresa. Não basta ter uma obra. Nós temos que ter energia, nós temos que ter capacidade de transformação. Graças ao empenho desse Governo, a CEB está sendo amplamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

recuperada. Só para vocês terem uma ideia, em 2010, a CEB teve um prejuízo de 32 milhões de reais com cinco ressalvas em seu balanço; em 2011, nosso prejuízo foi de apenas 6 milhões de reais sem nenhuma ressalva no nosso balanço; e, no primeiro trimestre desse ano, já tivemos um lucro de 15 milhões de reais. Estamos também trabalhando e muito para recuperar o sistema técnico da empresa, porque, durante muitos anos, a CEB não fez os investimentos necessários.

Hoje estamos investindo 130 milhões de reais em empreendimentos que estão em andamento, em obras que hoje estão saindo do papel, como, por exemplo, Deputado Chico Vigilante: a subestação de Samambaia Oeste, a primeira subestação de Samambaia; a subestação do Estádio Nacional, que não é apenas para a Copa do Mundo, mas que servirá e muito para melhorar a qualidade de energia elétrica da área central de Brasília; a construção da subestação do Gama; a construção da subestação de Riacho Fundo; a linha de distribuição que vem de Samambaia para o Riacho Fundo; do Riacho Fundo para Brasília Norte, que tem também como objetivo atender o bairro Noroeste. É um dos maiores investimentos da história da CEB. A empresa, portanto, está sendo recuperada financeira e tecnicamente para que a gente possa viabilizar os empreendimentos necessários às obras da construção civil.

Só para que a gente tenha uma ideia, é muito importante esclarecer, em primeiro lugar, que, aqui em Brasília, a loteadora é a Terracap. Portanto, a empresa responsável por dar a infraestrutura de energia elétrica é a Terracap. E, no caso específico da energia elétrica, a Terracap contrata a CEB para fazer esses empreendimentos. De 2007 até 2012, nós assinamos com a Terracap 15 contratos, o que dá 225 empreendimentos. Desses 225 empreendimentos, 155 já estão prontos, restando 56, um investimento da Terracap na ordem de 135 milhões de reais. Nós já faturamos da Terracap, com esses contratos, 28 milhões de reais. É importante, também, esclarecer que a maioria desses contratos tem prazo de dois e de até quatro anos. E, claro, nós temos também contratos com prazo de um ano e, inclusive, com prazo de cinco anos. A CEB só pode fazer esses empreendimentos depois que a Terracap lhe envia a nota de empenho e a ordem de serviço.

Muito importante também destacar, até para que todos tenham conhecimento, que hoje fizemos um levantamento dentro da CEB... Tivemos várias reuniões com o Sinduscon, reuniões, inclusive, de quinze em quinze dias, e pedimos ao Sinduscon que priorizasse as obras, para que nós pudéssemos fazer esses empreendimentos. Dessas 96 obras priorizadas pelo Sinduscon, na lista de 2011/2012, 23 empreendimentos já foram atendidos: 9 empreendimentos não dependem da CEB, têm pendências do cliente, do empreendedor; 9 estão em análise de projeto na CEB; 7 estão na fase de projeto e orçamento; 16 são projetos e orçamentos que já foram encaminhados à Terracap, e estamos aguardando a assinatura do contrato para darmos início à obra; 12 são obras que já estão em andamento e com término previsto para junho deste ano; 5 são obras em andamento com término previsto para julho deste ano; e uma obra tem término previsto para setembro deste ano. Temos também 4 obras com pendência do cliente,





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

do empreendedor. E temos ainda 5 obras particulares, que não são obras realizadas pela CEB. Ou seja, nós estamos nos esforçando e muito para recuperar técnica e financeiramente a empresa – e isso nós estamos conseguindo – e também para atender esses empreendimentos importantes, a fim de melhorar a vida do povo de Brasília.

Quero deixar claro – e é muito importante que isto seja dito – que a CEB trabalha para viabilizar esses empreendimentos, mas também para fortalecer o sistema de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, porque queremos atender a toda a população do Distrito Federal. Estamos levando energia elétrica e iluminação pública para todas as áreas do Distrito Federal.

Aquilo que o Deputado Dr. Michel falou é muito importante, porque a CEB tem uma perda comercial imensa com as ligações irregulares. Hoje, a CEB tem uma receita da ordem de 2 bilhões de reais por ano, e temos uma perda comercial da ordem de 4%, ou seja, de 80 milhões de reais por ano devido às ligações irregulares. Temos trabalhado junto com o Governo para regularizar essas áreas, para que a CEB possa levar energia regular a essas famílias. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Martinelli.

Tenho a satisfação de passar a palavra ao Deputado Siqueira Campos, o homem que está na luta pela desburocratização dos alvarás.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, eu quero agradecer a presença de todos: do Sr. Deputado Chico Vigilante, Vice-Presidente da Comissão de Segurança desta Casa; do Secretário-adjunto da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Sr. Rafael Oliveira; do Diretor de Polos Econômicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Sr. Deusdeth Finotti; do Diretor Técnico da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP –, Sr. Luiz Antônio Almeida Reis; do Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília, Sr. Mauro Martinelli; do Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON –, Sr. Júlio César Peres; do Presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal, Sr. Adalberto Cleber Valadão; do representante e Conselheiro da Associação Brasiliense de Construtores – ASBRACO –, Sr. Elson Ribeiro; do Presidente do Clube de Engenharia de Brasília, Sr. João Carlos Pimenta.

Sr. Presidente, deveríamos entender que audiências públicas como esta são muito mais importantes que a maioria dos projetos aprovados nesta Casa, projetos como o do Dia do Árbitro de Futebol em Brasília e por aí vai. Aqui se discute, aqui se debate e, às vezes, encontra-se um caminho mais curto para chegar aonde realmente se deseja. O que todos os senhores estão debatendo aqui é a dificuldade que nós temos em empreender qualquer coisa neste País, especificamente no Distrito Federal.

Hoje nosso colega Deputado Dr. Michel falou da dificuldade que temos de urbanizar as áreas habitadas pelas pessoas carentes desta cidade. Deveríamos





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

chamar, sim, a atenção dos órgãos de defesa do meio ambiente: Iphan, Ibram, Ministério Público, Secretaria de Meio Ambiente, Ibama. As áreas ambientais deveriam ser protegidas antes de serem destruídas, antes de serem atacadas. Depois de milhares, de centenas de famílias ocuparem aquelas áreas estabelecidas não se pode mais falar em proteger, o que tem que ser feito é um plano de adequação.

Assim como na iniciativa privada, o Estado também tem o dever e a obrigação de agir rapidamente. Atrasam e criam dificuldades para as pessoas como se isso fosse normal, e o silêncio delas e o acatamento dessas condições são, a cada dia, mais gritantes. O que tinha de ser perguntado é: temos a coragem, vamos derrubar milhares de casas estabelecidas, construídas nessa região? A resposta teria que vir imediatamente. Sim ou não. Se ela for não, certamente será não, não há mais o que falar sobre proteção de áreas ambientais.

A estrutura se faz necessária e imediata. Quem assim não pensa, desculpe-me, é, no mínimo, inculto, para não dizer incompetente. Nós temos, centenas, dezenas de vezes, tolerado essa inércia, essa falta de atitude, Sr. Presidente. E, nesta Câmara Legislativa, a nossa responsabilidade é a de chamar para que decisões nesse sentido sejam para ontem. Centenas, milhares de famílias nesta cidade estão vivendo nessas condições. Esses órgãos deveriam ser chamados à competência, deveriam ser chamados a agir, deveriam ser chamados à responsabilidade e até mesmo a indenizar pela morosidade na tomada de decisões.

No que diz respeito aos empreendimentos industriais, a quantidade de leis e a quantidade de órgãos existentes, todos decidindo sobre a mesma coisa, fazem com que a burocracia neste País, aliada a essa ciranda dos impostos da legislação tributária, realmente faça o Brasil ser, eternamente, o país do futuro.

Esse custo hoje está muito mais perceptível porque nós não temos mais somente o Brasil. O mundo está no nosso computador, o mundo está no nosso Ipad, no nosso *laptop*, e já não cabe mais o custo que nós pagamos. Ganha-se tão mal neste País e paga-se tudo duas, três vezes mais caro. Passam anos criando essas situações e agora estamos vendo que nós próprios estamos pagando o custo disso.

Não cabe mais um órgão só, para dar um alvará, mandar quatro equipes para fazer a análise. A equipe do João foi a primeira. Vai lá e o João faz as exigências: são quatro. Daqui a pouco, voltou para se verificar o cumprimento. Foi o Joaquim. O Joaquim pertence ao mesmo órgão, mas ele vai lá e diz: "Não. O João não sabe nada. O João, não. Aqui sou eu." E aí, faz mais cinco ou seis. Depois vai o Pedro. E o Pedro olha: "Nem o João nem o Joaquim sabem coisa alguma. Eu sou o que sei." E aí põe mais. Pasmem! Há situações em que são cinco equipes, e aí, quanto tempo se perde? Daí, então, o órgão agiu dentro da lei. Se procurarmos, agiu. O burocrata ou o tecnocrata vão lá e mostram a legislação. Eles não viram que criaram as dificuldades.

Às vezes eu me pergunto: nós temos aqui em Brasília tantas escolas – e é uma área promissora –, escola de formação de preparação para concursos públicos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

mas não existe uma que ensine empreendedorismo. Deviam, pelo menos, colocar uma matéria, nesses cursos, que diz que aquele que está se candidatando a ser agente público tem a obrigação de bem servir, rápido e agilmente, àqueles que ele está se propondo a servir, que são os que vão pagar o salário dele. Mas, não. Entra imbuído de uma animosidade, de uma indisposição de contribuir, que seus atos, quase sempre, um após o outro, são para criar dificuldade. Na dúvida, não; na dúvida, não. Mais não e mais não, eterno. Está muito caro, Sr. Presidente.

Cada um dos senhores sabe que para ser empreendedor neste País, hoje, só, realmente, naquelas áreas que dizem respeito a nosso País, a nossa cidade. A área da construção civil é uma área bem desenvolvida, porque ninguém vai ter a sua empresa para vender apartamento em Miami para brasileiro. Mas os nossos setores produtivos industriais a cada dia estão desaparecendo, estão minguando. Ninguém vem produzir nada aqui. E aí, nossos filhos sofrem as consequências. Os pais de família estão desempregados, os jovens estão nas drogas, na violência, e nós não temos culpa, não é conosco.

Tenho dito que não existe pessoa importante que possa fazer tudo, mas não existe pessoa sem importância alguma que não possa fazer um pouco. Todos temos que estar unidos para tirar este País dessa ciranda burocrática de legislação, desse ânimo que tem o agente público de criar dificuldade para o setor produtivo, para as empresas. Nós temos que começar, urgentemente, a fazer este País ser mais ágil, este País ser mais eficiente. E todos nós podemos fazer algo para isso melhorar.

Eu estou nesta Casa há pouco tempo, e é pelas minhas experiências que acho que minhas ações podem contribuir para melhorar cada um daqueles que eu represento e cada um daqueles que também não me quiseram aqui, para fazer das minhas atitudes situações que vão facilitar e criar uma melhora de vida para cada um.

Eu tenho sentido na pele, e vou dar um exemplo aqui – o Antônio sabe muito bem disso – de uma área em que está estabelecida a minha empresa ali no Polo JK. São sete anos de empresa funcionando, gerando empregos. Nós fomos olhar, Antônio. Fiz o levantamento de 88 empresas que estão ali estabelecidas no Polo JK. Às vezes as pessoas não querem informar coisas que dizem respeito a elas, mas eu perguntei rapidamente em ligações quanto cada um havia pagado por ano. E só dezoito tinham gerado quase 3 milhões de impostos mensais. Dava para ter construído toda a infraestrutura daquela região.

Faz sete anos, e o local ainda está naquelas condições. É área que gera emprego, é área que gera renda para que o Distrito Federal consiga aplicar esses recursos em outras áreas. Faz um ano que o Governador foi lá e prometeu ali a urgência daquele asfalto. Percebendo a situação, prometeu que seria iniciada no mês de junho a colocação do asfalto. Depois o Vice-Governador foi mais duas vezes, o administrador foi mais três vezes nas reuniões. Criamos uma associação e eu mesmo procurei três vezes. Você viu que só na mudança de secretários perdemos um tempo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

enorme. Há necessidade da Terracap, da Secretaria de Obras, da Novacap; mas as coisas não andam. A situação está quase do mesmo jeito.

Hoje nós temos o compromisso do Secretário de Planejamento de destinar 15 milhões para terminar uma etapa. A secretária-adjunta Wanderly diz que está destinando esse recurso. Eu só vou acreditar mesmo quando os projetos tiverem começado. Então, é nessas situações que a gente tem que realmente facilitar, porque, facilitando, não estamos fazendo favor a ninguém. É nossa obrigação realmente, como agentes públicos, fazer isso. Quanto à questão dos alvarás, realmente é um emaranhado para a empresa, para o cidadão que procura uma administração. Com tanta dificuldade, é aí que começa a se vender a facilidade.

Meus amigos, muito obrigado. Sr. Presidente, V.Exa. é uma pessoa da área de sindicatos. Tenho visto como V.Exa. tem sido útil a esta Casa e tem aprendido, tem percebido hoje que não existe mais o trabalhador sem o empregador, não existe! O seu sonho é que cada trabalhador seja bem remunerado. E eu tenho um sonho idêntico – o bem do trabalhador, que cada trabalhador deste País comece como trabalhador, seja bem remunerado e que possa, em tempos futuros, montar uma empresa. Assim, a gente teria uma nação melhor do que tem hoje.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Diretor Técnico da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, TERRACAP, Sr. Luiz Antônio Almeida Reis, representando o Presidente Antônio Carlos Rebouças Lins.

SR. LUIZ ANTÔNIO ALMEIDA REIS – Boa tarde, Deputado Chico Vigilante. Em nome do Presidente da Terracap, eu agradeço o convite para que a gente possa ajudar nesse processo de esclarecimento e de convergência no sentido de resolver esse problema. Eu gostaria de cumprimentá-lo por essa iniciativa e de cumprimentar o Deputado Siqueira Campos, em nome de quem eu cumprimento os Parlamentares todos que já passaram por aqui hoje à tarde. Cumprimento também a Mesa.

Enfim, com todos os companheiros e colegas aqui tendo se manifestado, eu poderia colocar e tentar esclarecer algumas coisas e discutir aqui algumas coisas. Vou tentar ser breve.

O Dr. João Carlos Pimenta colocou a preocupação do Clube de Engenharia sobre as obras públicas e das empresas. O Dr. Elson também falou sobre o mesmo tema. Sobre esse tema, a Terracap tem tido uma posição de Governo, uma participação bastante ativa no Orçamento do Distrito Federal na área de obras públicas. Para os senhores terem uma ideia, em 2006, a Terracap investiu um total de 60 milhões de reais em urbanização dos próprios loteamentos e em obras públicas, 60 milhões. Em 2011 ela investiu um total de 374 milhões e mais 169 milhões em restos a pagar, empenhados de obras iniciadas em 2011. Isso dá um total de quase 550 milhões. Para o Orçamento de 2012, a Terracap tem previsto um investimento de 656 milhões de reais em urbanização e obras públicas. Esse volume de 1 bilhão e 200 milhões em investimentos em urbanização e obras públicas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

demonstra a determinação do Sr. Governador, absolutamente perseguida pela Terracap sob a orientação do seu Presidente, o Dr. Lins, de atender essa necessidade.

Como já foi falado aqui, o Júlio César colocou com muita propriedade, temos um déficit, um saldo negativo de urbanização aqui no Distrito Federal bastante grande, bastante significativo. Quando o Deputado coloca a questão do Polo Jk, a região a que ele se refere existe há muito tempo, já está implantada há muito mais de dez anos, e não tem infraestrutura. Aqui foi citado o Sol Nascente, foi citado o Dnocs, foram citadas áreas de enorme importância para a cidade que não têm infraestrutura. Quando a Terracap – atendendo determinação do Governador e desta Casa, claro, por conta do Orçamento que é votado aqui – investe esses recursos, ela investe em loteamentos e empreendimentos próprios, como Noroeste e Capital Digital, e também em construção de praças, na infraestrutura do Riacho Fundo II, que sequer é uma área, uma gleba de terra que pertence à companhia. Essa área pertencia à União.

Mas isso tudo reflete a necessidade de que haja o equilíbrio na distribuição dessa riqueza, que é de capital importância para o povo de Brasília e que deve ser sabiamente distribuída. É óbvio, não há dúvida de que há uma angústia que entendemos e da qual participamos também quanto a questões específicas, como no caso do Setor Noroeste. Estamos empenhados. Ontem mesmo eu participei de uma entrevista em que fui categórico ao informar que a Terracap receberá os primeiros moradores do Noroeste com energia elétrica, água, esgoto, pavimentação e drenagem. Essa é a infraestrutura básica, é o nosso compromisso.

Estou falando aqui e olhando para o Mauro porque somos cúmplices nesse objetivo e nesse compromisso. Liguei, inclusive, para o meu amigo Cristiano da Caesb para conferir. Disse: "Cristiano, eu falei isso. Se eu estiver falando mentira, você irá junto comigo, vou te abraçar". Mas é um compromisso que a empresa tem e que iremos cumprir. Já estamos investindo também lá no Noroeste no Parque Burle Marx, um investimento este ano na ordem de 10 milhões de reais, se não me engano. Esperamos, inclusive, ter a possibilidade de, no segundo semestre, se possível, destinar mais recursos para o Parque Burle Marx e, certamente, para o Setor Noroeste.

Deputado Chico Vigilante, a mensagem que eu gostaria de deixar aqui é que nós, empresa, e eu, profissional, entendo que temos dois problemas sérios. Um é o problema do volume de recursos frente a uma demanda. Esse volume de recursos é limitado e a demanda é muito maior e crescente. A necessidade de ponderar e de definir a alocação desses recursos não é um assunto técnico, mas político, porque só os entes políticos capitaneados pelo Governador têm a capacidade de fazer essa ponderação de forma mais justa.

Temos prioridades na empresa. Temos prioridades da Terracap, que são os empreendimentos nos quais ela foi a empreendedora. Isso é objetivo e necessário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Temos a necessidade de atender às prioridades de Governo, que também são legítimas, por conta de toda a orientação política do Governador. Mas temos também uma necessidade urgente e premente, Deputado Chico Vigilante, e agradeço a oportunidade de estar aqui e de manifestá-la para o senhor: rever todo o marco legal, toda a base legal. Refiro-me às leis e aos decretos que estão em torno desta questão de novos empreendimentos e de regularização.

Hoje, temos o Minha Casa, Minha Vida, Lei nº 11.977, e temos a Lei nº 12.424, do ano passado, que veio aprimorar a Lei nº 11.977. São leis muito atuais, com dispositivos muito atuais, assertivos, positivos, no sentido de que a regularização é um fato. O Governo Federal e os governos têm de promover essa regularização de forma organizada e justa, e a legislação do Distrito Federal não acompanha essa legislação federal. Então, temos questões complicadas, de dispositivos, na Lei Orgânica do Distrito Federal, no próprio PDOT, na legislação específica de órgãos como o Ibram e na legislação ambiental e urbanística, que, hoje, impedem o Distrito Federal de ser mais ágil, mais rápido na organização da regularização fundiária. Temos questões semelhantes também na oferta de novas habitações.

Quando falamos de setor imobiliário, todos só se lembram do Setor Noroeste. Esse mesmo setor imobiliário está construindo, hoje, o Manguelal. O nosso amigo Rafael vai falar em seguida, portanto, não vou entrar em detalhes, vou apenas citar aqui todo o esforço da Secretaria com novos empreendimentos que estão sendo lançados no Paranoá, no Riacho Fundo, no Recanto das Emas e em outros de que o Rafael vai falar. É o mesmo setor imobiliário. Não há dois setores construindo em Brasília. É um setor só que constrói e tem a capacidade e a *expertise* para construir todo esse espectro de habitação necessária para a população do Distrito Federal. Se não houver a oferta, vamos enfrentar de novo a invasão, a irregularidade, a oferta de forma imprópria, que trará ao Governo, depois, um custo triplicado, quadruplicado, porque a regularização é sempre mais cara que o empreendimento, a oferta de habitação.

A oferta de habitação e a revisão dessa legislação são necessárias para que tenhamos novos empreendimentos podendo ser feitos sem que o empreendedor espere dez anos para aprovar um projeto. São dez anos. Isso é inviável. Pensamos ser uma geração para aprovar um projeto de regularização de uma nova área habitacional ou espaço de tempo semelhante para aprovar uma regularização. Nosso amigo Dirsomar estava aqui, mas acho que ele já saiu. Nós estamos com o projeto de Vicente Pires em processo de aprovação desde 2004. Nós vamos demorar dez anos para aprovar um setor habitacional.

Então, essa revisão de legislação, Deputado, se esta Casa aqui puder liderá-la, fazer um trabalho sensível e sério, colocar especialistas na mesa, discutir com todos os setores, com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, com a Secretaria de Meio Ambiente e tudo mais e com a sociedade civil para que essas leis possam ser atualizadas e, além disso, ofertar novas áreas de habitação, para que a





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

gente não corra mais perigo de passar por novos fluxos de invasão, eu acho que nós estaremos fazendo um papel mais importante do que qualquer outro aqui dentro dessa cidade e, daqui a alguns anos, teremos liquidado esse déficit de infraestrutura e faremos com muito mais propriedade os novos empreendimentos.

Então, essa é a posição que eu gostaria de externar aqui nesta Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Luiz Antônio.

Ao final, nós teremos uma série de encaminhamentos, mas eu me atrevo, neste momento, a já fazer um encaminhamento, se vocês estiverem de acordo. Muitas vezes, constatamos um fato, mas não agimos, e ele fica... Portanto, eu quero propor ao Elson, ao Adalberto Valadão, ao Júlio Peres e a você, Reis, que levantem essa questão da adequação que tem que ser feita da nova legislação. Vocês farão o trabalho, e nós pegaremos esse trabalho – eu acredito que terá de ser de iniciativa do Executivo – e faremos com que o Executivo faça e nos mande o projeto, para o adequarmos efetivamente. Nós vamos pegá-lo e vamos dar o prazo de trinta dias para fazermos isso. Uma vez de posse dele, nós vamos chegar ao Executivo e dizer: está aqui, tem que fazer o projeto. Nós fizemos assim com a Lei Geral da Pequena e Micro Empresa. Se assim não tivéssemos feito, ela não teria saído. Nós fizemos assim com a Lei das Feiras, que está valendo. Não tinha, mas está valendo agora. Nós temos uma lei das feiras. Nós fizemos uma comissão aqui e tiramos um grupo de trabalho. Envolvemos o Executivo, chegamos a um projeto e encaminhamos. Nós estamos pedindo agora a colaboração de vocês para elaborarem o esqueleto. Aí nós vamos ao Executivo e colocamos a musculatura. Está certo? Aí, na hora em que houver o debate no Executivo, nós vamos envolver os órgãos ambientais para que a gente possa fazer. Vocês estão de acordo em tocarmos isso?

Concedo a palavra ao Sr. Deusdeth Finotti, Diretor de Polos Econômicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

SR. DEUSDETH FINOTTI – Boa tarde a todos. Eu vou ser breve, porque todos os assuntos já foram exaustivamente colocados.

A situação é a seguinte: a questão da infraestrutura para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico é extremamente importante. Por quê? Sem infraestrutura, não há desenvolvimento. Se não há infraestrutura, não tem como convocar as empresas para que desenvolvam.

Nós sempre sofremos muito com esse problema também, em comum com os empresários. Às vezes, todo o trabalho depende essencialmente da infraestrutura. Não adianta a Secretaria desenvolver um enorme trabalho se essa infraestrutura não estiver à disposição dos empresários.

Fica bem evidenciado aqui que o excesso de zelo e, às vezes, o excesso de burocracia é que faz com que esse processo não ande para frente. Diante do que já foi detectado aqui, a Secretaria só tem a agradecer a esses empresários que aqui





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

estão, que vão nos ajudar também a crescer e fazer com que nós, como entidade pública, possamos oferecer uma qualidade melhor para eles.

Não vou me estender mais, porque não tenho muito o que dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deusdeth.

Passo a palavra ao nosso amigo, companheiro Rafael Oliveira, Secretário-adjunto da Secretaria de Habitação do Distrito Federal.

SR. RAFAEL OLIVEIRA – Boa tarde, Deputado e companheiro Chico Vigilante, em nome de quem eu cumprimento todos os companheiros de Governo que estão aqui na Mesa, os representantes das entidades do setor produtivo, em suma, da sociedade civil do setor produtivo, senhoras e senhores.

Quero ser breve, até porque eu acho que os que me antecederam aqui já deram um panorama geral daquilo que nós temos como desafio, quando discutimos as medidas necessárias para a viabilização de infraestrutura básica. Aí vou entender, também, que o debate não é só sobre viabilização da infraestrutura, mas também sobre como podemos avançar do ponto de vista dos licenciamentos e das permissões que são necessárias para que essas obras aconteçam.

Eu quero, Deputado Chico Vigilante, dividir a minha fala em dois momentos, em pelo menos dois grandes eixos.

Primeiro, entendendo que esse é um desafio do conjunto do Governo do Distrito Federal, da Câmara Legislativa e da sociedade organizada seja através das entidades representativas do setor produtivo, seja através das entidades representativas das classes que trabalham com esse setor, os engenheiros, os arquitetos e os urbanistas.

Esse desafio tem dois eixos centrais, eu creio. Um é normativo. Aqueles e aquelas que conhecem a legislação urbanística do Distrito Federal e as legislações correlatas que acabam interagindo com ela sabem que nós temos um emaranhado de normas que, na maioria das vezes, contribui para um processo, eu diria, não virtuoso dentro da administração pública.

Só para vocês terem uma ideia, o Plano Piloto é regido por PRs – que em síntese são as normas que definem o que pode ser construído em um determinado imóvel – que são da concepção da cidade. Eu brinco sempre, para dar um exemplo: existem normas que foram editadas quando do desenho urbanístico da cidade nas quais você não consegue achar qual é o uso e ocupação ou quais são os índices urbanísticos que devem ser aplicados aos imóveis. Daí vocês imaginam o emaranhado no qual a gestão acaba entrando. Em algumas dessas normas, você não consegue localizar qual é o uso efetivo que um imóvel pode ter. Então, o que eu posso ter ali? Eu posso ter um escritório, um *pet shop*, uma padaria? Essencialmente, qual é a atividade que nós podemos desenvolver, enfim, que um empresário pode desenvolver ou que o cidadão pode desenvolver? O que ele vai



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

licenciar naquele lugar? Estou dando esse exemplo para poder chegar ao desafio que o governo tem tido e àquilo que nós temos avançado.

Todo mundo conhece – até porque é a macrolegislação do processo de ordenamento territorial e planejamento urbano – o PDOT, que define qual é o macrozoneamento do quadrilátero do Distrito Federal. Dentro do PDOT temos uma série de legislações que foram previstas quando da aprovação do PDOT, em 2009, que vão justamente nos ajudar neste momento a desfazer esse emaranhado, a desfazer essa teia e a simplificar a normatização urbanística da cidade. De alguma maneira, elas vão simplificar o processo de obtenção e de aprovação dos projetos e dos alvarás necessários para que o setor da construção civil, os incorporadores, possam ter um processo mais ágil e para que, em última análise, a população possa ter oportunidades habitacionais com maior rapidez e com maior qualidade.

Um exemplo de modificação de base normativa que o Governo tem feito e tem conduzido – isso tem sido gestado dentro da Sedhab – é o plano de preservação do conjunto urbano tombado, o famoso PPCUB. Creio que todos e todas já devem ter ouvido falar. Ao mesmo tempo em que é um plano para poder emitir diretrizes de preservação da poligonal tombada, o PPCUB também é uma lei de uso de ocupação do solo. Então, são esses problemas que eu acabei de relatar, por exemplo, que a gente acaba encontrando na norma urbanística da poligonal tombada. É importante que a gente saiba que a poligonal tombada não é só o Plano Piloto – o que a gente chama de Plano Piloto, que são as Asas e o Eixo Central –, mas nós temos aqui o Sudoeste, o próprio Noroeste, que é um bairro novo, o Cruzeiro, a Octogonal e a Candangolândia, cidades que fazem parte da poligonal tombada. O plano de preservação está previsto no PDOT como um instrumento que vai emitir diretrizes para preservação do Patrimônio Cultural da Humanidade, e também uma lei de uso e ocupação do solo, justamente para poder resolver esse tipo de problema.

Por exemplo, temos uma situação de que me recordo agora, a respeito de um lote. Um empresário que tem um lote aqui no Cruzeiro estava querendo aprovar o seu empreendimento. Na hora em que ele foi dar entrada do projeto na Administração, o técnico pegou a norma para ver e disse: “Infelizmente, não vou poder aprovar nada nesse seu lote porque a norma não me diz qual o uso que esse seu imóvel tem. Então, como não tem uso, eu não posso aprovar nada.” Então, você imagina a situação em que o empresário fica. Isso não é, de maneira nenhuma, desejável e não é isso que nós pretendemos.

Nessa mesma esteira, ainda falando das macronormatizações, quero convidar todos e todas a participarem da última audiência pública do PPCUB, que acontece agora no dia 9 de junho. Passando esse sábado, o próximo, aqui nesta Casa. A Câmara Legislativa nos cedeu o auditório. É um sábado, às 9 horas da manhã. Nós vamos realizar a última audiência pública para apreciação do PLC. A nossa perspectiva, Deputado – e é um compromisso do Governador –, é que ainda no mês de junho, ainda neste semestre legislativo, seja encaminhado o Plano de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Preservação à Câmara Legislativa. Em última análise, é a Câmara que vai analisar e que vai votar o Plano de Preservação.

Nessa mesma esteira ainda, um instrumento macronormativo que se desprende do PDOT é a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Fora da poligonal tombada, a cidade também convive com essas incongruências do ponto de vista da norma urbanística. A Lei de Uso e Ocupação do Solo está em processo de desenvolvimento na Secretaria. Tem tido, assim como teve o PPCUB, uma ampla participação popular. Nós estamos discutindo a Lei de Uso e Ocupação do Solo desde o processo da Conferência Distrital Extraordinária das Cidades, que nós realizamos no ano passado. Mais de 20 mil pessoas participaram do processo de discussão da Conferência, que debateu não só a Lei de Uso e Ocupação do Solo, mas outros temas também. No cronograma que nós executamos na Secretaria – por determinação do Secretário Magela, eu tenho coordenado o processo de feitura da Lei de Uso e Ocupação do Solo –, nós faremos a última audiência pública da Lei de Uso e Ocupação do Solo no dia 1º de setembro. Então, a perspectiva é que, no dia 30 de agosto, a gente tenha a minuta do PLC pronta para que ela seja disponibilizada, como a lei determina, trinta dias antes da audiência pública, para que as pessoas possam apresentar as suas considerações no texto do PLC. No dia 1º de setembro, nós pretendemos fazer a última audiência pública e, ainda na primeira quinzena de setembro, encaminhar também à Câmara Legislativa a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Posso citar alguns outros instrumentos, alguns inclusive que já estão aqui na Câmara, encaminhados pelo Governo, que têm a pretensão – justamente do ponto de vista do licenciamento urbanístico – de simplificar e até criar as bases para que nós possamos avançar mais rapidamente no processo de aprovação. A atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial está aqui na Câmara Legislativa, creio que pelos diálogos que temos mantido através da Liderança do Governo, em vias de ser votado. Existem alguns instrumentos importantes dentro da atualização do PDOT que são essenciais para que a gestão possa avançar de maneira mais contundente. Temos, como foi citado aqui pelo Adalberto Valadão, um decreto que já foi encaminhado ao Governador trazendo uma nova normatização para a necessidade de apresentação do Relatório de Impacto de Trânsito e também um PLC que regulamenta o estudo de impacto de vizinhança, feito em conjunto com as entidades representativas e com ampla participação da sociedade civil.

Em síntese, esse é o desafio: tornarmos a nossa base normativa urbanística o mais límpida possível para que não tenhamos dois tipos de entendimento. Eu aí vou dizer por que dois tipos de entendimento, com isso já vamos entrar na segunda parte, que é a gestão – é um pouco o que o Deputado Siqueira Campos abordou e o que vários dos meus colegas de Mesa também abordaram nas suas falas. Hoje, para vocês terem uma ideia, o processo de aprovação de um projeto de arquitetura... Ou seja, eu tenho um imóvel, fui lá, comprei da Terracap um imóvel e quero construir um prédio. Qual é o meu procedimento? Primeiro, de posse das pranchas, das plantas, faço a apresentação ao Corpo de Bombeiros; o Corpo de Bombeiros começa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

a fazer uma análise prévia desse meu projeto. Depois, levo esse meu projeto à administração regional; a administração vai verificar, do ponto de vista da arquitetura, se pode ou não aprovar aquele determinado projeto. Dependendo de qual for o projeto, vou ter que passar por pelo menos outros cinco órgãos. Eu vou ter que ir ao DER, se me for exigido o RIT; também terei que ir ao Detran, se me for exigido o RIT; dependendo do porte do empreendimento, a Agefis vai ter que fazer uma vistoria prévia; se houver um cálculo dional, se houver uma outorga onerosa de mudança de uso ou de aumento de potencial, a Terracap vai ter que fazer uma avaliação e encaminhá-la para a administração regional; e se, em última análise, algum desses órgãos disser que há alguma coisa em que não concorda, ele vai encaminhar o processo para a Sedhab para que ela dê a última palavra. Então, essa é a *via crucis*, essa é a palavra mesmo, é uma *via crucis* que se leva para poder fazer a aprovação de um projeto.

Qual é a perspectiva do governo hoje, Deputado? É que possamos, mirando no exemplo que outras cidades do Brasil já dão, vou dar o exemplo de São Paulo, de Curitiba ou até mesmo de Belo Horizonte, tornar esse processo mais simples; tornar esse modelo de aprovação de projeto um tanto quanto mais simples. E como a gente faz isso? Primeiro, mexendo na base normativa. E é isso que a secretaria tem feito junto com as entidades representativas e junto com o conjunto do governo. Segundo, estabelecendo um processo de gestão mais ágil. Enfim, todos sabem da dificuldade, da desestruturação por que o Governo do Distrito Federal passou nessa área nos últimos anos. Tanto que sempre faço este comparativo: a cidade de Belo Horizonte tem nos seus quadros da prefeitura, na Secretaria Municipal Adjunta de Habitação de Belo Horizonte, algo em torno de 720 arquitetos urbanistas e engenheiros para poderem trabalhar na secretaria; aqui na Sedhab, não tenho mais que 130 no quadro da secretaria. Se eu juntar o quadro do Governo do Distrito Federal inteiro, não vou chegar a 500; e isso espalhados nos mais diversos órgãos do Distrito Federal.

É lógico que aí está colocado um gargalo objetivo e estrutural para que possamos conseguir avançar. Só que, de outra maneira também, não adianta eu ter uma quantidade enorme de profissionais, se esses profissionais não tiverem uma centralidade de gestão, se eles não tiverem um modelo a ser seguido. E foi isso que fizeram nessas três cidades que citei: São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte. O que eles criaram? Eles criaram um sistema específico para a aprovação de projetos. Em São Paulo, por exemplo, a aprovação de projeto de arquitetura de grandes ou médios empreendimentos se chama Aprov – isso está no *site* da Secretaria Municipal de Habitação da cidade de São Paulo, quem quiser depois pode dar uma olhada. Como funciona essencialmente? A partir de uma base normativa limpa, tem-se um sistema de tecnologia da informação, um sistema informatizado em que todo o processo se dá dentro daquele sistema, há uma interação em todos os órgãos do governo municipal – no nosso caso, interagiria nos órgãos do Governo do Distrito Federal – dentro de um mesmo sistema para se proceder à aprovação desse projeto. Hoje, em São Paulo, um empreendimento não demora mais do que sessenta dias



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

para poder ser licenciado. Na nossa perspectiva, isso está sendo projetado, dentro da Secretaria isso tem sido pensado, e a nossa expectativa é que demorem, no Distrito Federal, no máximo 45 dias para fazer isso.

É lógico que esse é um esforço hercúleo, primeiro de resolução dos problemas estruturais e do governo. E isso nós temos trabalhado. O governador determinou à secretaria que, junto com a Casa Civil, trabalhasse nesse projeto. Então nós temos traçado parâmetros, temos criado as condições para que isso possa acontecer, tanto do ponto de vista normativo quanto estrutural. No momento seguinte, é lógico que vai depender também de um debate político, porque aí estou falando em essência, Deputado, também de rediscutir um pouco o papel das administrações regionais no processo de aprovação desses projetos.

As administrações regionais hoje não contam – e isso é um outro fato – com profissionais com experiência na área de Arquitetura e Urbanismo por n motivos. Algumas carreiras no Distrito Federal foram centralizadas, como a da Agefis. Então, a maioria dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo estão na carreira da Agefis e acabam ficando nas RAF's e no próprio órgão central da Agefis. Isso nós pretendemos resolver. Para tanto, vamos depender também desta Câmara Legislativa, quando da votação da LDO e da LOA deste ano, para as quais o governo vai encaminhar uma proposta de possibilidade de concurso público para a área de Arquitetura e Urbanismo para que possamos ter esses profissionais e da mesma maneira investir em capacitação desses profissionais. Essa é outra perna que pretendemos fazer com que aconteça de forma continuada. Sabemos que o processo de capacitação do servidor dentro de uma nova dinâmica para que ele incorpore uma nova cultura no processo de gestão é essencial para termos sucesso na simplificação do licenciamento tanto das construções como das atividades. E esperamos que, com essas ações, companheiro Chico Vigilante, consigamos dar mais agilidade e atender o anseio não só do setor produtivo, mas do conjunto da sociedade, avançando no licenciamento.

Creio que essas eram as considerações que eu teria. Agradeço o espaço e coloco a Secretaria à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Quero registrar a presença do Deputado Agaciel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa, que daqui a pouco irá proferir umas palavras.

Eu comecei a me interessar mais por essa questão do setor produtivo quando descobri o sofrimento que vocês enfrentam. Havia uma realidade no Gama: fazia 22 anos que pequenos e microempresários daquela cidade estavam lutando por uma área de desenvolvimento deles; e a área estava estabelecida há 22 anos. Havia um menino que era mascote da área – ele já tinha feito 22 anos de vida. Portanto, ele começou criança, ou melhor, quando iniciaram, a mãe dele estava grávida dele.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Eles me convidaram para um café da manhã. Compareci lá e vi. Depois fizemos uma reunião na Secretaria do Meio Ambiente, envolvendo o Ibram. Nós centralizamos todos os órgãos. Eu pedi autorização ao Governador Agnelo Queiroz para eu ser uma espécie de cobrador. Quando achamos que estávamos chegando à reta final e que a Terracap ia fazer a liberação, apareceu mais uma coisa da qual eu sinceramente não sabia, e acho que 99% da população de Brasília não sabe, da qual vocês empresários sabem, que é o Estudo de Impacto Ambiental sobre o Patrimônio Arqueológico. Eu não sabia que isso existia, sinceramente. Quando nós achamos que estávamos na reta final, que ia sair a liberação, veio a exigência do Estudo de Impacto Ambiental sobre o Patrimônio Arqueológico. Aí a Terracap, que era proprietária da área, teve de parar tudo, fazer uma licitação, contratar empresa para fazer o estudo em 120 dias.

Ficamos todos nós rezando para não encontrarem nenhum pedaço de osso de dinossauro, alguma coisa anormal, porque, se encontrassem, conforme informação que nos foi dada, parariam tudo, chamariam o Iphan, recolheriam aquele material todo e depois saberiam onde o colocariam. Aí, acabou. Disseram: "Não, mas esse não depende do Distrito Federal. Depois de pronto, quem dá a palavra final é o Iphan". Aí nós corremos para o Iphan do Distrito Federal. Chegamos lá, disseram: "Não somos nós porque não temos técnico. É o nacional". Aí fomos ao nacional, todo mundo junto. Chegando ao nacional, descobrimos que são cinco técnicos para cuidar do País inteiro. Portanto, são cinco os técnicos que o Iphan tem. A companheira do Iphan viu o desespero em que estávamos e tudo, e se comprometeu, caso não houvesse nada, que liberaria em cinco dias. Graças a Deus, não havia nada. Em cinco dias conseguimos a liberação. E a verdade é que os empreendimentos estão brotando, já há mais de trinta construções sendo erguidas lá.

Aí eu pude sentir efetivamente o tamanho da dificuldade de vocês. Eu pensei cá comigo: "Para serem empresários desse jeito, ou são malucos ou têm muito amor à causa!" Como vocês não são malucos, eu acho que têm muito amor à causa.

Concedo a palavra à analista do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, Sra. Eliene Navarro.

SRA. ELIENE NAVARRO – Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Chico Vigilante e todos os componentes da Mesa, bem como os participantes desta comissão geral.

Primeiro, eu queria lembrar a todos que o Ibram, como qualquer órgão ambiental de qualquer estado e de qualquer localidade, é muito importante. Porque é por ele que a sociedade confia que tudo o que for feito nesta cidade será feito com bastante responsabilidade e com cuidado ambiental. Se o ar piorar, vão dizer: "Nós tínhamos um órgão aqui, e o ar de Brasília não era assim há dez anos. Por que piorou?" Então, tudo vai ser creditado àquele órgão, àquelas pessoas, àqueles técnicos que lá trabalhavam. Se faltar água – eu não sabia que havia estresse hídrico no Distrito Federal, o terceiro estado da Federação em estresse hídrico. Vai-se buscar





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

água agora em Corumbá IV. O que o Ibram fez com as nossas áreas de recarga? Por que ele autorizou?

Há necessidade de que o Ibram, ao fazer um licenciamento, observe essas questões e também discuta isso com os outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

Além disso, Deputado, eu queria lembrar que o Ama Gama também foi lá para nós e também ficamos muito sensibilizados com o problema daqueles empresários, que eram, no início, jovens empresários. Quando saiu a licença, eles já eram empresários de meia idade. Esse Ama Gama, quando chegou a nossas mãos, com a equipe, nós demoramos exatos quinze dias, Deputado. Nós trabalhamos dia e noite – todos eles acompanharam, porque pedimos alguns outros documentos –, porque nós somos uma sociedade democrática e vivemos sob a égide das leis.

O técnico não pode, por si só, tomar iniciativas, mas aqui nós estamos no foro adequado para revermos, como já foi falado, o marco legal dos novos empreendimentos e também de todos os assentamentos consolidados, Deputado. A gente precisa trabalhar essa questão da infraestrutura provisória desses assentamentos.

Água, energia, drenagem pluvial e pavimentação, como falou o Deputado, essas infraestruturas, nos assentamentos tidos como irregulares, sob a égide da lei, o Ibram hoje não pode autorizar, a não ser que cada técnico ou representante do Ibram coloque a sua cabeça a prêmio. Mas, se a gente trabalhar aqui nesta Casa – por a gente quero dizer V.Exas. – com os técnicos, com a sociedade civil, e estabelecer um novo marco legal, o Ibram irá cumprir esse novo marco legal imediatamente. Portanto, eu acho que é um trabalho.

Eu me atribuo aqui meia culpa, representando o Ibram, mas não total. A gente precisa rever a legislação. Nós somos cidadãos, somos técnicos que precisamos cumprir a lei. Não é isto que nós aprendemos desde a nossa mais tenra idade: que nós precisamos cumprir as leis? Claro que nós precisamos também de bom senso, e isso nós temos. Aquela equipe ainda pequena trabalha muito, porém há mais processos do que tempo. Então a gente precisa de um novo marco legal, porque a legislação é extensa, Deputado. Se nós desconhecemos qualquer das legislações que são pertinentes, somos chamados a todos os órgãos fiscalizadores para dizer por que liberamos algumas licenças.

Então, os empresários aqui presentes e a Câmara Legislativa têm esse papel. Vamos trabalhar em um novo marco legal; se for possível, é claro, diante da nossa legislação federal, da nossa Constituição. Vamos trabalhar nesse marco legal. Eu me proponho, inclusive, a ajudar no que eu puder, no que for pertinente, para estabelecermos isso. Chegam por semana, ao Ibram, mais ou menos dez pedidos de ligação de água, energia e infraestrutura nos assentamentos. E nós, até este momento, estamos impossibilitados de emitir uma licença. Como nós vamos emitir



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

uma licença, se o empreendimento está ilegal, Deputado e demais membros da Mesa?

Então, nós precisamos dessa parceria com a Câmara Legislativa, que é a Casa do Povo, é o foro adequado para trabalhar essa questão com a sociedade civil, o Ibram e toda a sociedade. Vamos juntar aqui as nossas forças, as nossas *expertises*, os nossos conhecimentos e vamos trabalhar em um novo marco legal, para que possamos resolver de fato isso.

O Deputado Dr. Michel esteve lá no Ibram com essa mesma indignação com que esteve aqui, mas nós cumprimos a lei. Estamos lá, mas estamos também dispostos a rever a lei no que esta Câmara Legislativa achar pertinente, entender por pertinente. É isto o que eu queria dizer: que eu estou à disposição. E o Ibram está à disposição para discutir as questões de melhoria e de celeridade dessas licenças ou dessas questões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado. Que bom, acho importante. Inclusive, quero pedir-lhe que integre esse grupo de trabalho que nós criamos aqui, para, em trinta dias, oferecermos uma proposta para que o Governo encaminhe.

SRA. ELIENE NAVARRO – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quero passar a palavra ao nosso companheiro e amigo, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, a quem quero, mais uma vez – talvez já sejam tantas vezes – parabenizar pela iniciativa de debater e solucionar as questões das medidas necessárias à viabilização da infraestrutura básica aos empreendimentos da construção civil; Secretário-adjunto da Secretaria de Habitação, Sr. Rafael Oliveira; Diretor dos Polos Econômicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Sr. Deusdeth Finotti; Diretor Técnico da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, Sr. Luiz Antônio Almeida Reis; Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília, Sr. Mauro Martinelli; Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON, Sr. Júlio César Peres; Presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI/DF, Sr. Adalberto Cleber Valadão; representante e conselheiro da Associação Brasiliense de Construtores – ASBRACO, Sr. Elson Ribeiro e Póvoa; Presidente do Clube de Engenharia de Brasília – CENB, Sr. João Carlos Pimenta, a única preocupação, senhores, é quanto aos aspectos burocráticos.

Nós temos uma perspectiva do ponto de vista econômico muito favorável ao Distrito Federal, principalmente agora, pela inclusão, pela primeira vez, do PAC para o Distrito Federal. Com esse valor de mais de 2 bilhões de reais, temos uma perspectiva de crescimento de receita no Distrito Federal, o que viabiliza o aumento do investimento. Então nós estamos com todas as variáveis econômicas favoráveis ao desenvolvimento da nossa cidade, desenvolvimento esse que a construção civil traz por meio da criação de emprego e renda, da melhoria da qualidade de vida da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

população, o que facilita, e muito, não só a vida do Governo. O índice de desemprego baixo significa que o governo tem um índice de arrecadação de impostos elevado, porque, quanto mais gente estiver trabalhando, mais a atividade econômica estará intensa, portanto, a geração de impostos e da receita aumentará.

É preocupante em Brasília. Isso aconteceu no ano passado, pode ser resquício de governos anteriores, mas está na hora de nós destravarmos esse problema da burocracia em Brasília, que está emperrando o desenvolvimento da cidade. Temos muitos órgãos que tratam de assuntos variados. Desses órgãos do Governo, geralmente um não se entende com o outro e, às vezes, o que é pior, o Governo não sabe o que está acontecendo. Às vezes, um órgão está tratando de um assunto, e o Governo tem a informação de outro órgão. Então, há necessidade de se uniformizarem os procedimentos.

Há um receio muito grande no que diz respeito aos investimentos em Brasília. Nós sabemos que as regras não são claras. Temos como exemplo o Noroeste que, de uma hora para outra, tem o problema do índio que está lá e não pode sair. As pessoas também, muitas delas, ficam em dúvida porque sai matéria constantemente dizendo que vão embargar. Vai, não vai.

Para o empreendedor, a dúvida é um dos fatores que mais inibem o investimento. Não é só problema da construção civil aqui em Brasília, é economia mundial. Se há alguma dúvida sobre um país, os investidores não vêm para esse país. Em Brasília, criou-se esta cultura da dificuldade. O órgão público está aí para dificultar. A burocracia de Brasília é pior do que a herdada de Portugal, do Império. Nós fracionamos o Governo. São muitos órgãos para tratar de um assunto só. E às vezes, quando se acha que se resolveu um negócio, realmente há um retrocesso, porque outro órgão dá uma opinião contrária e a pessoa começa a voltar à estaca zero.

Então, a iniciativa de V.Exa. de realizar esta comissão geral é louvável. Espero que este grupo de trabalho e esta Mesa – sou sincero, só V.Exa. traz um time desses aqui numa quinta-feira à tarde; é rara uma audiência pública em que o pessoal do Governo comparece em massa – tragam regras claras que facilitem o investimento, porque o que nós vemos – e digo isto porque eu sou servidor de carreira do serviço público, tenho 35 anos de servidor de carreira do Senado – é que a cultura do serviço público é geralmente olhar o empreendedor, o investidor com maus olhos. Nós temos essa cultura de achar que o investidor, na realidade, não está trazendo o bem – quando é o contrário.

Principalmente daqui deste mirante em que me encontro como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e vendo essas perspectivas todas de investimentos na cidade, o que me preocupa não é o problema da verba, do dinheiro, do orçamento. Começamos a organizar essa parte de Secretaria de Fazenda e Secretaria de Planejamento; por incrível que pareça, alguns elementos básicos que tinha que se ter em planejamento e tinha de se ter em Secretaria de Fazenda. Cito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

um exemplo da Secretaria de Fazenda: nós acabamos com todos os postos de fiscalização. Então, toda mercadoria pode entrar e sair do Distrito Federal sem problema nenhum. Os frigoríficos aqui da região, a maioria foi fechada, porque o sujeito vinha com a carreta de carne, várias carretas de carne, dizendo que ia passar direto em Brasília, porque ia para a Bahia e despejava essa carne todinha aqui dentro. E isso acontece com carne, como acontece com todos os outros produtos. Então, não havia qualquer escudo de proteção à economia do Distrito Federal.

Existe agora com o Marcelo Piancastelli essa perspectiva de se organizar. Eu acho que existe uma evasão grande de receita. Nós temos quase 8 bilhões de reais aí pendurados para ser recebidos, porque Brasília passou a ser um paraíso, principalmente desses atacadões que aparecem passam quatro, cinco anos sem pagar impostos, depois somem, desaparecem, voltam com outro nome. Então, essa fiscalização, essa organização no que diz respeito à economia do Distrito Federal, é que pode permitir a Brasília crescer, com a construção talvez do maior aeroporto de cargas, conjugado com esse aeroporto que pode se feito através de uma PPP em Planaltina.

Existe um potencial de construção muito grande em Brasília. Os grandes problemas de qualquer projeto econômico são exatamente localização e consumo. Brasília, com uma das maiores rendas *per capita* do País, nós temos todos os ingredientes para transformá-la numa cidade com desenvolvimento econômico conjugado com o desenvolvimento social e qualidade de vida.

Precisamos organizar principalmente o serviço público de Brasília, que, durante algum tempo, entrou em processo de decomposição, nós sabemos, por todos os problemas políticos que nós ultrapassamos. Por ser ela uma unidade da federação pequena, de fácil solução, eu acho que a equipe de profissionais competentes nas secretarias permite que esse nível de organização venha rapidamente.

Na Câmara Legislativa, o Governo Agnelo tem tido todo o amparo. Aqui nós temos dado a maior celeridade a todos os projetos de interesse do desenvolvimento econômico de Brasília que gerem emprego e renda, V.Exa. é testemunha. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, no ano passado, fez 48 reuniões em um ano, quando, normalmente, se faziam 17, 18 em dois anos. Este ano, o ritmo não é diferente.

Essa iniciativa de organizar e de discutir um segmento tão importante quanto o da construção civil, que é o maior gerador de emprego na nossa cidade, é de fundamental importância. Pena que não tenhamos uma plateia. Apesar de a Mesa ser de peso, temos poucos Parlamentares aqui para ouvirem essas questões, porque nós temos várias outras comissões importantes na Casa, e esses Deputados precisariam estar aqui para ouvir. Eu não estava presente, mas estava no gabinete escutando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Esta audiência tem a maior relevância. Agora, é necessário também – e sabemos que o processo político é assim – que uma audiência dessa natureza não fique só aqui em palavras leves ao vento. Tem que haver a formalização do grupo de trabalho e a efetividade nas ações, principalmente as que foram propostas pelas pessoas que aqui estão, no sentido de caminharmos de maneira célere para superar esses empecilhos, esses entraves, essas dificuldades que existem hoje, para que Brasília se transforme em um modelo de desenvolvimento para o resto do País.

Era isso o que eu queria falar. Mais uma vez, parabênz V.Exa. e todos os membros por terem comparecido aqui. Deixo essa contribuição porque eu acho que V.Exa. deve também pegar a ata desta reunião e entregar a cada um dos Deputados.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado a V.Exa.

Nós, em Brasília, temos algumas coisas preocupantes. Nós temos ali uma situação em Ceilândia chamada Condomínio Pôr do Sol. As pessoas se estabeleceram, ninguém pagava energia, mas todo mundo tinha energia. Há casas grandes, até supermercado, mas agora, quando nós fomos mexer para ver a questão da regularização, pegamos o mapa e verificamos que 80% do condomínio estão dentro de um parque, o Parque JK. Aí eu fiquei perguntando: se 80% estava dentro do Parque JK, onde estava o Ministério Público que agora vem impedir a regularização? Por que não impediu antes? Por que não moveu as ações e impediu que os grileiros vendessem a terra e que aquelas pessoas fossem para lá? Oitenta por cento está dentro do Parque JK. Estamos agora contando com a colaboração fundamental – dos técnicos do Ibram, que estão trabalhando para recuar a poligonal do parque, para colocar aquilo ali na legalidade. Antes mesmo de o Ibram terminar o trabalho que vai ser feito da regularização, a CEB entrou – e até os Presidentes, o Mauro, correndo o risco de serem punidos futuramente – e regularizou a questão da energia. Nós sentimos que aquelas pessoas não querem estar na ilegalidade. A instalação da iluminação pública gerou empregos. Precisa-se de máquinas trabalhando lá. As pessoas estão felizes, estão dizendo: “Eu vou pagar energia, mas chego à minha casa tranquilo agora porque eu estou andando no claro”. Diminui a criminalidade quando você coloca energia.

Eu fico verificando aquela estrada que liga a Guariroba e o Setor P Sul, na Ceilândia, à Samambaia. A obra está há dois anos e meio parada, porque o Tribunal de Contas disse que ela tinha de ficar dois anos e meio parada. Quanto custa uma obra parada durante dois anos e meio? Quanto custa? Quer dizer, os técnicos do Tribunal de Contas, que não é tribunal – estão pau da vida comigo, mas eu vou continuar dizendo que é um tribunal que não é tribunal –, dão uma liminar, suspendendo obras. Não é tribunal, mas dá liminar. E nós vamos assistindo a isso passivamente. Eu acho que está na hora de uma reação organizada da sociedade. É preciso haver uma reação organizada da sociedade.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Nós temos uma situação agora, que é a da licitação do sistema de transporte. Há uma liminar do Tribunal de Justiça que multa o Secretário. São 10 mil reais ao dia, se ele não fizer licitação. O Tribunal de Justiça mandou fazer. E o Tribunal de Contas para a licitação. Eu disse aqui, desta tribuna, e vou repetir, Deputado Agaciel Maia, que acho que o Tribunal de Justiça tem de punir o Tribunal de Contas, porque o Tribunal de Justiça manda fazer, o Executivo faz, porque é obrigado, e o Tribunal de Contas impede. Portanto, as coisas não podem continuar desse jeito.

Debates como este vão exatamente no sentido de pegar o Executivo e o Legislativo. E temos de avançar no Judiciário. O Ministério Público do Distrito Federal, por quem eu tenho o maior respeito, é Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Não se tem notícia de nenhum território mais e nem de possibilidade de criação de território federal.

Há muita coisa que, em Águas Lindas, que é Goiás, é legal; e aqui, no Distrito Federal, é ilegal. E eu tenho perguntado: "Será que é porque o Ministério Público de Goiás precisa da arrecadação de Goiás para poder pagar as despesas dele?" Porque lá é o Estado que banca. E a gente, aqui, é a União. Será que não é isso? Portanto, este debate vai nesse sentido.

Em qualquer lugar do mundo, Deputado Agaciel Maia – V.Exa. tem razão –, você mede a economia a partir da construção civil. Nós vimos a enorme crise americana, que começou, exatamente, na construção civil. E é o setor que dá a resposta mais rápida para a geração de emprego, até porque, se vai se criar uma fábrica, primeiro se precisa da construção civil. Então, ela gera emprego primeiro. Se vai se construir uma loja, um supermercado, primeiro se precisa da construção civil. Ela que gera o primeiro emprego. E a gente sabe, também, que há engenheiros, há pedreiros qualificados, mas há os serventes. Eu fui servente de obra em Roraima. Eu trabalhava na roça e meu primeiro emprego urbano foi como servente de obra. Portanto, este nosso interesse para que o Governo do Distrito Federal...

E nós temos de ter esse objetivo de fazer com que os órgãos se comuniquem: Ibram, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Habitação, Terracap, Novacap, todo mundo junto. Não pode ser estanque. Não é uma capitania, cada um dono do seu pedaço. Sobre isso eu tenho insistido muito com o Governador Agnelo. Tem de ter uma diretriz de governo, todo mundo cumpre, respeitando a lei, naturalmente. Mas onde houver empecilho legal, e muitos criam leis para dificultar as coisas, vamos alterar. O que não pode é o Distrito Federal ficar parado, o que não pode é assistirmos ao crescimento da desocupação, porque, assim, vem a violência.

Portanto, o que debatemos hoje vamos consolidar num documento, para, depois, passar aos senhores, para levar ao Governador do Distrito Federal e dizer que o documento é fruto de um debate franco, honesto, verdadeiro com quem move a economia do Distrito Federal, com quem gera emprego, com quem paga impostos. Não haverá máquina estatal sem os senhores gerando empregos no setor produtivo





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

e pagando impostos. Os senhores podem gerar mais empregos; os senhores podem pagar mais, se o Estado não atrapalhar.

Eu penso hoje assim, Deputado Agaciel Maia, se o Estado não atrapalhar mais, já está bom. Mas ele precisa ajudar. Além de não atrapalhar, o Estado ainda tem que ajudar. É para isso que o Estado existe. Se não, chegará o dia em que os senhores irão desistir também. Será que vale a pena ficar insistindo, como se se ficasse batendo a cabeça na parede de concreto? Um dia os senhores desistirão, e nós não queremos que desistam.

Portanto, nesta tarde que ficamos aqui – gostaríamos que viessem mais pessoas, mas –, o importante é o que nós produzimos, que será consolidado num documento, para podermos agir, para podermos trabalhar efetivamente. Não podemos ficar aqui debatendo e, depois, morrermos no próprio debate.

Eu não acredito... Já tivemos governos em que o mandatário máximo achava que sabia de tudo. Ninguém sabe de tudo, ninguém é tão sábio que não precise de alguém...

Outro dia, eu conversava com um grupo de operários que disse: “Chico, se o pessoal ouvisse mais a gente aqui, acho que a gente tem contribuição a dar, né”. Tem, sim, contribuição a dar, e vocês hoje deram contribuições importantes aqui. Eu acho que a uma comissão geral, muitas vezes, a própria imprensa não dá o valor que lhe é devido. Como disse o Deputado Siqueira Campos, muitas vezes, debates como este são mais importantes, Deputado Agaciel Maia, do que determinados projetos que votamos aqui. Nós já temos tantas leis. Há lei que pega, há lei que não pega. Triste do país que tem lei que não pega. Todas as leis têm que valer; porque, se foi transformada em lei, é por que era importante.

Passo a palavra ao Cerimonial para anunciar algumas presenças e, depois, encerraremos esta comissão geral.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – De ordem do Sr. Presidente, gostaríamos, dentre muitas personalidades que por aqui passaram nesta tarde de hoje, de registrar a presença do Sr. Olavo da Silva Melo Filho, representando o Exmo. Sr. Deputado Chico Leite; do Sr. Luis Carlos Martins de Carvalho, representando o Administrador Regional do Núcleo Bandeirante; do Sr. Jean Carmo Barbosa, representando o Administrador Regional de Brasília; do Sr. Jose Paiva de Novais, Coordenador do Creci/DF; e do Sr. Cesar Augusto Silva, Assessor de Imprensa do Creci/DF.

Passo a palavra para as considerações finais ao Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como curiosidade, vou falar sobre o Noroeste. Eu gosto de me informar das coisas e fui conversar com um jornalista, ex-editor do *Correio Braziliense*, chefe de redação, Sr. Renato Riella, e aí ele falou: “Chico, eu tenho foto da época do jornal e tudo que prova que aquilo nunca foi área indígena. Aquilo não foi área indígena, nunca foi”. Aí, eu me recordei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

de que uma pessoa me contou a origem daquela aldeia, que a pessoa pediu que eu fosse lá prestar solidariedade e eu, primeiro, fui me informar, enfim, de há quanto tempo os índios estavam lá. Qual a informação que eu recebi? Que uma família de índios lá de Pernambuco tinha chegado à Brasília. Vieram fazer um tratamento – parece-me que no Hospital de Base – e não quiseram ficar na casa destinada a eles, onde a Funai dava atendimento. Eles foram para ali e ficaram. Depois a índia voltou para a aldeia. Acho que o índio tinha achado bom aqui na cidade e resolveu ficar. Na medida em que ele ficou, ele não era mais índio. E foi ficando. Então, apareceu um assessor francês para ajudar a defender a causa indígena no Brasil.

Eu estava conversando com o Diretor do Iphan no Distrito Federal, Alfredo Gastal, e ele me disse que esse francês chegou lá, um dia, querendo dar ordens, dizendo que os índios tinham que ser indenizados. Chegou com uma peça que diziam que era de lá, um artesanato indígena. O Gastal olhou e disse: “Rapaz, isso aí é...” “Foi encontrado lá.” O Gastal tinha um idêntico, que tinha comprado em Manaus. E o Gastal disse: “Rapaz, ponha-se daqui para fora.” Ele é bem estourado: “Vou chamar a Polícia Federal, porque você é um mentiroso e, além de tudo, você desviou essa peça de algum museu lá em Manaus.” O francês foi posto para fora, mas queria indenização.

O pior é que vocês comprem o terreno... Vocês vão lá, entram numa licitação... Qual é o papel da Terracap? Entregar livre e desembaraçado, não é? Vocês comprem, pagam, vendem as projeções, porque vocês vão construir, mas depois não podem construir. Quem comprou já vai dizer que vocês são caloteiros, que lhe deram um calote, não é isso? Vocês ficam com seu patrimônio imobilizado e entram como caloteiros. A Terracap fica com a dificuldade dela, porque não pode entregar, e, no sufoco, termina tendo que fazer um acordo de indenização. Aí fica muito fácil, não é?

Eu acho que a Justiça, que julga baseada na lei, deveria se fundamentar antes na origem, na história. A coisa mais fácil no Brasil hoje é liminar. Tem liminar para todo gosto, liminar de todo jeito. Nós criamos uma cultura no Brasil de que decisão da Justiça se cumpre, não se discute. Eu sou da tese de que temos que cumprir e discutir. Eu tenho o maior respeito pelos juízes, pelos ministros do Supremo, do STJ, pelos desembargadores daqui, mas ninguém é Deus. O único com quem eu não discuto é Deus. Eu me rendo a Ele. Com os demais, vamos discutir.

Acho que o setor produtivo também cometeu algumas falhas. Vocês ficaram muito quietinhos, contentaram-se em pagar impostos, com medo do chamado peso do Estado: “Não vou fazer senão os caras vão me perseguir depois”.

Vou contar rapidamente uma história, para terminar. Eu tenho um amigo que era construtor em São Luiz, no Maranhão, naquele tempo em que a Cohab construía. Ele entrou numa construção, e chegou o dia de pagar. Ele está vivo ainda. Por isso, não vou relatar o seu nome. Ele foi até Deputado Federal. Ele disse que entrou na fila para receber, e aí um cidadão disse: “Você já passou na sala escura?”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

E ele falou: "Mas que sala escura?" "Você tem que passar lá, senão não recebe, não. Vai lá e traz a senha." Ele foi. Chegou lá, e um cara disse: "Trinta por cento aí." E ele disse: "Rapaz, como é que eu vou te pagar 30% se eu não cotei? Se vocês tivessem me avisado, eu tinha botado na composição de preço. Eu não posso. Eu vou ter um prejuízo de 30%." Aí o cara falou assim: "Rapaz, tu já está conversando demais. Está vendo a fila aí? Sai fora, que tem gente." Ele disse que ficou tão indignado que resolveu vir à Brasília. A família dele era amiga da família do mandatário máximo na época. Ele veio à Brasília para denunciar, porque ele achou que aquilo era um absurdo. Ele chegou aqui e denunciou. Aí disseram para ele que estava tudo resolvido. Ele voltou no outro dia para o Maranhão, desceu no aeroporto e foi direto para lá receber. Ele pensou: "Agora está resolvido". Ele chegou lá, e o mesmo sujeito falou: "Rapaz, cadê os 30%?". Ele disse: "Não". Ele disse: "Rapaz, você é conversador demais. Você acha que isso aqui é um esquema meu? Você vai agora e saca em dinheiro, porque eu não recebo mais cheque de você, de cabra falador, não recebo cheque. Você vai lá, saca, traz em dinheiro e me paga, senão não recebe". Aí eu falei: "Rapaz, e tu pagou?". Ele respondeu: "Paguei". Eu falei: "E tu perdeu os 30%?". Ele respondeu: "Perdi". Eu perguntei: "Por que você fez isso? Por que você não entrou na Justiça?". Ele falou: "Chico, porque, se eu entrasse na Justiça, eu nunca mais pegava uma licitação".

Esse tipo de prática é odiosa. Eu tenho dito que, onde tiver gente desse tipo, cabe aos senhores denunciar. Juntos, vamos acabar com isso, porque, acabando com isso, eu não tenho dúvida de que vai sobrar dinheiro. Aqui no Distrito Federal, é uma marca do Governo Agnello: onde tiver esse tipo de coisa, nós queremos saber. Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa. Não podemos, gente! É indigno! Você ter que pagar pedágio, isso é inaceitável, não pode em hipótese nenhuma.

Também não pode... A gente sabe que ainda há órgãos que têm pessoas que dificultam ao máximo para receber agrado. Temos que acabar com isso também. Alguém, quando vai ser deputado, sabe qual é o salário que vai ganhar. Alguém, quando faz um concurso público, a primeira coisa que olha é o que vai ganhar. Todo mundo sabe quanto vai ganhar. O Mauro é engenheiro. Talvez, na iniciativa privada, ele ganhasse muito mais, mas ele optou por trabalhar na CEB. Portanto, ele vai viver com o salário da CEB. Acho que essa é uma prática que a gente tem que fazer neste País. O que é o servidor público? O que somos nós, agentes públicos, deputado, delegado de polícia, agente de polícia, técnicos? Nós somos servidores do público. E essa consciência tem que ser tomada neste País. Recebemos a remuneração e temos de produzir. São os senhores que estão pagando para a gente. A gente tem que debater mais essas coisas. Isso passa efetivamente pela moralização deste País.

Outro embate que eu travo constantemente no Governo: não pode ter atraso no pagamento das obras nem de nenhum tipo de prestação de serviço. Se você tem que pagar o salário no quinto dia útil do mês e se você fez a obra, você tem que receber. Você vai receber pelo que você fez. Na semana passada, uma pessoa me procurou porque tinha contas do GDF para receber desde 2002. Eu fiquei pensando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31   05   2012	15h25min	48ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

cá comigo: como é que o cara presta um serviço e fica sem receber desde 2002 até hoje? No mínimo, ele quebrou, porque ele teve que pagar salário, foi ao banco e, como banco não perdoa, ele quebrou. À medida que ele quebrou, ainda ficou inadimplente com o Estado, porque ele não deu conta de pagar os impostos todos. Você primeiro paga o salário; depois você vai ver o que sobrou, para pagar o resto. Depois, ainda dizem: eram uns caloteiros, não pagaram imposto porque não quiseram.

Se você tem dez empregados e atrasar o salário deles, a Delegacia do Trabalho vai lá e aplica uma multa de 10 mil reais, porque é mil reais *per capita*. Portanto, você, primeiro, paga o salário. Muitas vezes, você não dá conta de pagar o imposto – que é outro debate que nós queremos travar aqui também. Aí os juros que jogam em cima, uma bola de neve, são milhões. Você não vai conseguir pagar nunca!

São essas coisas que a gente tem que debater efetivamente. Só vamos conseguir resolver isso se estivermos unidos: o setor produtivo, o setor laboral e o governo. Nós passamos da fase em que empresários e trabalhadores eram inimigos. Foi importante que ela existisse porque era aquele momento do embate pela redemocratização na época da ditadura. À medida que nós democratizamos o País, as relações têm de ser civilizadas e todos nós temos de nos dar as mãos e pensar Brasil, pensar país, pensar no bem-estar efetivo da sociedade. Juntos iremos proporcionar isso.

Adalberto e vocês que são empresários da construção civil, creio que, quando há um bairro bem carente onde a gente vê aqueles menininhos todos barrigudos na areia, muitas vezes cheios de pulgas – o pessoal do Ibram deve ter a mesma sensação –, e onde é colocada a infraestrutura, a felicidade de vocês deve ser maior por aquele gesto, por aquele ato, pela melhoria que vocês fazendo, do que pelo lucro que vocês tiveram. Portanto, é esse o debate que temos de fazer. É por este País que temos de nos dar às mãos para construirmos uma sociedade melhor.

Agradeço as presenças dos Parlamentares, das autoridades do Governo e da sociedade aqui representada pelas suas lideranças, que contribuíram de modo relevante para o sucesso desse evento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária do dia de hoje. Muito obrigado a todas e a todos.

(Levanta-se a sessão às 18h21min.)